

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO SABER A PARTIR DE UMA  
EXPERIÊNCIA DE AGRICULTURA URBANA NA CIDADE DO RECIFE/PE**

Leonardo Rodrigo Silva do Nascimento

Recife  
Fevereiro de 2019

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO SABER A PARTIR DE UMA  
EXPERIÊNCIA DE AGRICULTURA URBANA NA CIDADE DO RECIFE/PE**

Leonardo Rodrigo Silva do Nascimento

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Virgínia de Almeida Aguiar

Recife  
Fevereiro de 2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE  
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

N244c Nascimento, Leonardo Rodrigo Silva do.  
A construção social do saber a partir de uma experiência de agricultura urbana na cidade do Recife/PE / Leonardo Rodrigo Silva do Nascimento. – Recife, 2019.  
89 f.: il.

Orientador(a): Maria Virgínia de Almeida Aguiar.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Ciências Sociais - DECISO, Recife, BR-PE, 2019.  
Inclui referências, apêndice(s) e anexo(s).

1. Urbanização 2. Campo-cidade 3. Agricultura urbana  
4. Redes sociotécnicas de conhecimento I. Aguiar, Maria Virgínia de Almeida, orient. II. Título

CDD 300



Dedico este trabalho a minha mãe, Rosa, e ao meu pai, Evaldo, por todo carinho, compreensão e apoio neste percurso de minha vida.

A minha avó materna, Dona Nên, e ao meu avô materno,

Seu Salatiel, (ambos *in memoriam*):

*“Tudo que se foi de mim, mas não perdi”*

(Ofertório – Caetano Veloso)

A todos (as) aqueles (as) que acreditam na educação como prática da liberdade, como bem defendeu Paulo Freire. A todos(as) que, num país com profundas desigualdades, não conseguiram (ainda) ter acesso a uma educação superior, pública e de qualidade.

Que a nossa luta, por mais igualdade e democracia, consiga vencer esses obstáculos!

## AGRADECIMENTOS

*“Minha ciranda não é minha só,  
é de todos nós, é de todos nós [...]”  
(Minha Ciranda – Capiba)*

Chegar até aqui não foi tarefa fácil. No entanto, a concretização desse momento, não seria possível sem a compreensão e o apoio de pessoas tão especiais. Todas compartilharam comigo dessa ciranda e da felicidade de mais um passo adiante. Assim, agradeço...

Sobretudo, a Deus, pela oportunidade da vida.

À minha mãe e ao meu pai – Silvina Araújo (Rosa) e Evaldo Nascimento – por todo amor, compreensão, dedicação e apoio concedidos a mim nesta existência. Estes sentimentos, e tantos outros, me deram forças para concluir mais esta etapa. Agradeço todos os dias à felicidade de tê-los tão presentes em minha vida. Saibam que reconheço a luta diária de vocês. Amo-os, incondicionalmente.

À minha querida tia Judite Araújo por todo carinho e gentileza dedicados a mim e a minha mãe. Seu amor e cuidado foi fundamental neste percurso. A minha irmã/prima Juliane Araújo pela sua sempre disposta presença.

À Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Virgínia Aguiar, minha orientadora. Meus sinceros agradecimentos e profundo respeito à pessoa e educadora que és. Sua paciência e dedicação foram fundamentais na conclusão desse curso. Fico feliz de ter compartilhado desse momento tão importante com você.

À Rafaela Clarícia (minha namorada, companheira e amiga) com quem compartilhei muitas experiências dessa jornada acadêmica. Obrigado por estar comigo e por persistir comigo nessa vida e tarefa. O seu amor, paciência e compreensão nos momentos de anseios e angústias me fortaleceram. Sigamos juntos, com respeito, lado a lado.

À minha sogra, Margarete Valdevino, a minha cunhada, Amanda Valdevino e a Lamartine Silva pela amizade e carinho que sempre me acolheram. Vocês foram fundamentais nessa trajetória! A todo o momento me apoiaram e acreditaram em mim. Tenho em vocês um aconchego familiar e fraterno.

À Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Auxiliadora Gonçalves (querida Dôra) pela sua incondicional amizade e carinho, em toda essa jornada acadêmica e de vida. Jamais esquecerei suas palavras confortantes e seus abraços fraternos que nos momentos difíceis me “recarregavam as energias”.

À amiga e funcionária Janaína Melo pelas palavras de apoio e incentivo (sobretudo, nesta etapa final do curso), por toda a ajuda e disponibilidade com que sempre me acolheu com um abraço. Ao meu amigo, Luiz Antônio (o bandido), pessoa que tive a felicidade de conhecer neste curso e hoje compartilho alguns momentos da vida. Temos lutas de vida semelhantes, sigamos nos fortalecendo.

À Prof.<sup>a</sup> Júlia Benzaquen, por toda dedicação, estímulo e contribuições feitas a este trabalho iniciado na disciplina de TCC1. Peço licença para, em seu nome, agradecer todo o corpo docente que forma o Departamento de Ciências Sociais da UFRPE. A vocês, professores e professoras, meu profundo respeito pela dedicação em construir um curso cada vez melhor e pela resistência diária em favor do ensino superior.

À Juliana Moraes, pela sua importante contribuição no início dessa pesquisa. A Jaciara Pereira, técnica do SINDFRUTAS/PE, pelo seu acolhimento, paciência e toda ajuda fornecida, estreitando os vínculos com os(as) agricultores(as) e disponibilizando informações importantes para o estudo.

Aos(as) agricultores(as), que praticam atividades produtivas próximas ao CEASA/PE, que me permitiram conhecer seus espaços de cultivo e suas dinâmicas locais. Sobretudo, agradeço a D. Cida, Seu Biu, Seu Inácio e D. Lourdes, pela gentileza, confiança e acolhida em seus espaços de horta, onde foi possível compartilhar informações, relatos, experiências de vida, saberes, etc. Suas contribuições foram de suma importância para a conclusão dessa pesquisa e da trajetória acadêmica. Meu respeito e sinceros agradecimentos!

Aos(as) amigos(as), docentes e discentes do PPGEnfermagem/UFPE (local em que realizo estágio há 6 anos, na secretaria) pelo apoio, generosidade e compreensão. Sobretudo a Glivson Santana, Camila Rodrigues e Beatriz Monteiro, técnicos(as) da UFPE.

Quero ainda, por fim, manifestar meus agradecimentos aos demais familiares, amigos e colegas que não foram citados, mas que de alguma maneira, direta ou indiretamente, sabem que contribuíram nesta minha jornada acadêmica. Suas boas vibrações foram importantíssimas.

*Como aceitara ir no meu destino de mar, preferi  
essa estrada, para lá chegar [...] Vou com passo  
de rio, que é de barco navegando. [...] Vou  
andando lado a lado de gente que vai retirando;  
vou levando comigo os rios que vou encontrando.  
[...] Não é estrada curta mas é a estrada melhor  
[...] As casas não são muitas que por aqui tenho  
encontrado [...] Mas antes de ir ao mar, onde  
minha fala se perde, vou contar da cidade  
habitada por aquela gente que veio meu caminho  
e de quem fui o confidente.*

*– O meu nome é Severino, não tenho outro de  
pia. [...] Somos muitos Severinos iguais em tudo  
na vida [...] iguais em tudo e na sina: a de  
abrandar estas pedras suando-se muito em cima,  
a de tentar despertar terra sempre mais extinta, a  
de querer arrancar algum roçado de cinza.*

***João Cabral de Melo Neto***  
***Morte e Vida Severina e Outros Poemas para Vozes***

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar como se organiza a construção social do saber entre agricultores(as) urbanos(as), como expressão da relação entre o rural e o urbano, observando os aspectos da ruralidade, no contexto do processo de urbanização da cidade do Recife/PE, a partir da experiência de uma família de agricultores(as) urbanos(as), localizada próxima ao CEASA/PE. Para isso, foi observado o processo de desenvolvimento das cidades, a partir da segunda metade do século XX, em direção a um novo padrão hegemônico de industrialização e urbanização. Levou-se em consideração o fenômeno das migrações campo-cidade, como também, os impactos sociais decorrentes desses acontecimentos. Analisou-se os principais conceitos já existentes a respeito da AUP e as condições sociais que estimularam esta prática nos centros urbanos, identificando suas características com relação à ocupação do espaço e as suas múltiplas possibilidades e formas de organização, confrontando com os aspectos da realidade local e enfatizando a importância desta prática no contexto das cidades. O conceito de Redes Sociotécnicas de Conhecimento foi um importante aporte teórico da pesquisa, para a compreensão de como se constitui o Sistema Local de Conhecimento dos(as) agricultores(as) urbanos, sujeitos da pesquisa. A partir disso foi observado o processo de construção do saber local, por parte dos(as) agricultores(as) envolvidos em suas práticas agrícolas cotidianas. Este estudo está estruturado a partir de uma abordagem qualitativa, o que possibilitou uma melhor aproximação com o campo de estudo, por meio de técnicas e ferramentas de pesquisa em campo. Diante de suas vivências e modos de vida, os(as) agricultores(as) experimentam, atualizam e (re)significam os saberes locais no ambiente e na relação campo-cidade. Percebeu-se a importância dos saberes adquiridos no âmbito da família, no processo de profissionalização dos sujeitos enquanto agricultores até a juventude e como esses saberes foram ressignificados a partir da chegada em Recife, onde iniciaram o trabalho com hortas urbanas. Também observou-se a importância das relações de vizinhança com outros agricultores urbanos, bem como, os espaços em que tiveram contato com novos saberes técnicos, muito importantes para o bom desempenho da nova atividade produtiva, conformando a rede sociotécnica de uma família agricultura urbana.

**Palavras-chave:** Urbanização, Campo-Cidade, Agricultura Urbana e Periurbana, Redes Sociotécnicas de Conhecimento.

## RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar cómo se organiza la construcción social del saber entre agricultores urbanos, como expresión de la relación entre lo rural y lo urbano, observando los aspectos de la ruralidad, en el contexto del proceso de urbanización de la ciudad de Recife/PE, a partir de la experiencia de una familia de agricultores urbanos, ubicada cerca del CEASA/PE. Para ello, se observó el proceso de desarrollo de las ciudades a partir de la segunda mitad del siglo XX, hacia un nuevo patrón hegemónico de industrialización y urbanización. Se tomó en consideración el fenómeno de las migraciones campo-ciudad, así como los impactos sociales derivados de estos acontecimientos. Se analizaron los principales conceptos ya existentes respecto a la Agricultura Urbana y Periurbana y las condiciones sociales que estimularon esta práctica en los centros urbanos, identificando sus características con relación a la ocupación del espacio y sus múltiples posibilidades y formas de organización, enfrentando con los aspectos de la realidad local y enfatizando la importancia de esta práctica en el contexto de las ciudades. El concepto de Redes Sociotécnicas de Conocimiento fue un importante aporte teórico de la investigación, para la comprensión de cómo se constituye el Sistema Local de Conocimiento de los(las) agricultores(as) urbanos, sujetos de la investigación. A partir de eso se observó el proceso de construcción del saber local, por parte de los(las) agricultores(as) involucrados en sus prácticas agrícolas cotidianas. Este estudio está estructurado a partir de un enfoque cualitativo, lo que posibilitó una mejor aproximación con el campo de estudio, por medio de técnicas y herramientas de investigación en campo. Ante sus vivencias y modos de vida, los(las) agricultores(as) experimentan, actualizan y (re)significan los saberes locales en el ambiente y en la relación campo-ciudad. Se percibió la importancia de los saberes adquiridos en el ámbito de la familia, en el proceso de profesionalización de los sujetos como agricultores hasta la juventud y cómo esos saberes fueron resignificados a partir de la llegada en Recife, donde iniciaron el trabajo con huertos urbanos. También se observó la importancia de las relaciones de vecindad con otros agricultores urbanos, así como los espacios en que tuvieron contacto con nuevos saberes técnicos, muy importantes para el buen desempeño de la nueva actividad productiva, conformando la red sociotécnica de una familia agricultura urbana.

**Palabras clave:** Urbanización, Campo-Ciudad, Agricultura Urbana y Periurbana, Redes Sociotécnicas de Conocimiento.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 01** – Evolução da rede urbana do Recife no século XX (Planta da Cidade do Recife 1907/1951)
- Figura 02** – Localização das hortas, em Recife-PE
- Figura 03** – RPA-5
- Figura 04** – Cultivo localizado às margens das rodovias federais
- Figura 05** – Hortas cultivadas embaixo das redes de transmissão elétrica da CHESF
- Figura 06** – Localização das áreas de cultivo visitadas
- Figura 07** – Alça 09: Alface roxa sendo lavada e armazenada em galéias
- Figura 08** – Alça 09: Cultivo de quiabo
- Figura 09** – Alça 08: Agricultor adicionando adubo ao cultivo de alface
- Figura 10** – Esquema elaborado por Mougeot evidenciando seis determinantes para analisar a Agricultura Urbana
- Figura 11** – Hortas Urbanas próximas ao CEASA/PE
- Figura 12** – Localização da horta pesquisada
- Figura 13** – Delimitação da horta pesquisada na Alça 10
- Figura 14** – Local da antiga residência da família de d. Cida e seu Inácio na horta: registros de 2010 e 2015
- Figura 15** – Croqui da horta elaborado a partir da ferramenta de Travessia
- Figura 16** – Rede Sociotécnica da família de d. Cida

## **LISTA DE TABELAS**

**Tabela 01** – População brasileira nos censos demográficos (1950-2010) por situação de domicílio (Urbana-Rural)

**Tabela 02** – Dados dos(as) agricultores(as) participantes da pesquisa

**Tabela 03** – Produtos cultivados na horta

**Tabela 04** – Descrição das tecnologias utilizadas na horta

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>AU</b>	– Agricultura Urbana
<b>AUP</b>	– Agricultura Urbana e Periurbana
<b>AS-PTA</b>	– Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
<b>CONSEA</b>	– Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
<b>CEASA/PE</b>	– Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco
<b>CMR</b>	– Colégio Militar do Recife
<b>CNAU</b>	– Coletivo Nacional de Agricultura Urbana
<b>CIRAD</b>	– Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento
<b>DNIT</b>	– Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
<b>DRP</b>	– Diagnóstico Rural Participativo
<b>ENAU</b>	– Encontro Nacional de Agricultura Urbana
<b>FAO</b>	– Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
<b>HMR</b>	– Hospital da Mulher do Recife
<b>HPS</b>	– Hospital Pelópidas Silveira
<b>HC/UFPE</b>	– Hospital das Clínicas/Universidade Federal de Pernambuco
<b>IBGE</b>	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>MDS</b>	– Ministério do Desenvolvimento Social
<b>ONG</b>	– Organização Não Governamental
<b>RM</b>	– Região Metropolitana
<b>RMR</b>	– Região Metropolitana do Recife
<b>RPA-V</b>	– Região Político Administrativa 5
<b>SINDFRUTAS/PE</b>	– Sindicato do Comércio de Hortifrutigranjeiros, Flores e Plantas do Estado de Pernambuco
<b>TJPE</b>	– Tribunal de Justiça de Pernambuco
<b>TIP</b>	– Terminal Integrado de Passageiros
<b>UFRPE</b>	– Universidade Federal Rural de Pernambuco
<b>UFPE</b>	– Universidade Federal de Pernambuco

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
Objetivo geral .....	22
Objetivos específicos .....	22
<b>CAPÍTULO 1 – CAMINHO METODOLÓGICO</b> .....	23
1.1. Tipo de pesquisa .....	23
1.2. Procedimentos para a coleta de informações .....	24
1.2.1. Etapa 1 – Revisão Bibliográfica.....	24
1.2.2. Etapa 2 – Levantamento de dados no campo de estudo.....	24
1.3. Localização das áreas produtivas.....	27
1.4. Aproximação com o campo de pesquisa e população do estudo .....	31
1.5. Escolha da área de horta a ser pesquisada .....	35
1.6. Aplicação das técnicas e ferramentas de pesquisa no campo de estudo .....	35
<b>CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	38
2.1. A expansão do modelo capitalista e o ingresso à modernidade: O fenômeno da urbanização no Brasil.....	38
2.2. O rural e o urbano e suas dinâmicas sócio-espaciais .....	43
2.3. Agricultura Urbana .....	50
2.4. Os Sistemas Locais de Conhecimento .....	56
<b>CAPÍTULO 3 – OS SISTEMAS LOCAIS DE CONHECIMENTO: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO SABER DOS(AS) AGRICULTORES(AS) NUM ESPAÇO DE AGRICULTURA URBANA EM RECIFE/PE</b> .....	60
3.1. Caracterização geral dos espaços de hortas, próximas ao CEASA-PE .....	60
3.2. Caracterização da horta pesquisada .....	62
3.2.1. Localização da horta.....	62
3.2.2. Perfil socioeconômico e ocupação dos(as) agricultores(as) na horta.....	64

3.2.3. Trajetória de vida, conquista do território e a relação afetiva dos(as) agricultores(as) com o espaço da horta .....	65
3.2.4. Caracterização do agroecossistema da horta.....	68
3.3. Os Sistemas Locais de Conhecimento no espaço da horta .....	71
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>78</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>80</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>85</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>88</b>

## INTRODUÇÃO

---

O século XX, no Brasil e no mundo, inaugurou um aprofundamento de grandes transformações sociais, econômicas e políticas mediante o processo de modernização, que já vinha se constituindo em outras épocas. Este projeto de modernidade estava pautado na ideia do desenvolvimento e crescimento econômico. Neste cenário, destaca-se o acelerado processo de urbanização que ocorreu nas principais metrópoles brasileiras.

A urbanização no Brasil se tornou evidente a partir do século XX, devido às mudanças econômicas, sociais e políticas pelo qual vinha passando historicamente. Coutinho (2006) observa que o Brasil, desde a década de 20, já vinha passando por um momento de transição social e econômica em direção a um novo padrão hegemônico de industrialização e urbanização, se desvencilhando, assim, de um ordenamento mais agrário (considerado arcaico e atrasado), para assumir um arranjo moderno, industrial e capitalista.

No entanto, apenas na segunda metade do século XX que a urbanização se destaca, tornando-se um fenômeno em expansão, gerando mudanças estruturais na demografia da sociedade brasileira. Já na década de 60, é possível identificar, por meio de dados censitários, uma população urbana maior do que a rural (BRITO, 2006).

O acelerado processo de urbanização nos centros urbanos do Brasil resultou das migrações internas, articulado com a expansão econômica, os surtos de industrialização e a ampliação das relações mercantis entre as regiões brasileiras (BRITO, 2006). Este cenário nos ajuda a compreender a relação do fenômeno da crescente urbanização com o projeto político modernizador, em sua viabilidade.

Gaspar (1970) aponta que as sociedades tradicionalmente agrícolas sofreram forte impacto com o advento de uma civilização ocidental industrializada, estimulando um acelerado processo de urbanização no mundo, motivando consequências sociais graves, como por exemplo, a proliferação de favelas nas cidades, dado, em grande medida, pelo aumento do fluxo migratório das populações rurais.

As migrações internas produziram significativas mudanças estruturais na distribuição populacional nas mais diversas regiões brasileiras, contribuindo para o crescimento urbano e adensamento nas cidades. Os deslocamentos humanos ocorriam por diversos fatores, sendo

motivados por causas específicas para cada região. De acordo com Gaspar (1970), no Brasil, essas migrações modificaram significativamente o arranjo populacional entre o interior e as cidades.

No período entre 1960 e 1980 foi registrado um crescimento demográfico nas principais capitais brasileiras em virtude da concentração econômica (principalmente, devido à industrialização) favorecendo o fluxo migratório rural-urbano. Estima-se que 43 milhões de pessoas saíram do campo em direção às cidades, e em decorrência desse fato, as desigualdades regionais e sociais foram sendo impulsionadas (BRITO, 2006).

Na região Nordeste a urbanização teve suas especificidades. Gaspar (1970) aponta, de acordo com o Censo de 1960, que a questão da migração na região Nordeste, ocorre em duplo movimento: denota um crescimento populacional nas suas principais capitais (Fortaleza, Recife e Salvador), mas, no entanto, há um encolhimento demográfico nos estados nordestinos, em geral. Neste período, as migrações internas no Nordeste brasileiro ocorreram, fortemente, em virtude dos ciclos e condições econômicas, sendo as principais causas para a ocorrência do êxodo rural: o ciclo do gado, a má distribuição e concentração de terras (latifúndios), as grandes secas (irregularidades das chuvas) e a redução da produtividade agrícola das famílias rurais, gerando diminuição da renda.

Associado a isso, o espaço rural brasileiro também sofreu transformações, passando por um intenso processo de modernização da agricultura, com o advento de um novo padrão de acumulação (capitalista), com a adoção de novos maquinários, insumos químicos e aparatos técnicos, que instituíram mudanças na atividade agropecuária e nas relações sociais de produção. Neste período ocorreu um fortalecimento do setor agroindustrial, sobretudo, na produção de máquinas (tratores e equipamentos) e insumos (sementes melhoradas, fertilizantes químicos e agrotóxicos), gestando uma “industrialização da agricultura” e fortalecendo a prática da monocultura, pela elite agrária (TEIXEIRA, 2005).

A cidade do Recife, no início do século XX, já se destacava entre as principais cidades brasileiras<sup>1</sup> como uma das mais importantes da região Nordeste, junto a Salvador e Fortaleza, por apresentar, ainda que de forma incipiente, uma rede urbana que favorecia atividades regionais, de interesses econômicos e comerciais (BRITO, 2006). Já em meados do século XX, a industrialização e o êxodo rural desencadearam um processo de formação do “urbano”

---

<sup>1</sup> Brito (2006) descreve as principais cidades brasileiras como “arquipélagos regionais”. Estes arquipélagos regionais compunham as principais e mais importantes cidades brasileiras, onde estavam concentrados os serviços públicos, as atividades econômicas e comerciais. Estavam localizadas em áreas litorâneas e articuladas em torno das atividades agrícolas.

na cidade do Recife e nos municípios localizados no seu entorno, dando origem a um processo de metropolização. As ocupações se deram de forma desordenada, sem acompanhamento estrutural do poder público (SANTOS, 2013). A Figura 01 retrata a evolução da rede urbana recifense no início e meados do século XX.

Figura 01 – Evolução da rede urbana do Recife no século XX (Planta da Cidade do Recife 1907/1951)



Fonte: Adaptação de Melo (1978)

De acordo com Melo (1978) o fenômeno da concentração demográfica e econômica, fortemente representado pelo espaço da Região Metropolitana (RM), é o acontecimento (de manifestação expressiva e variada) que marcou a segunda metade do século XX, no Brasil e no mundo.

Em Recife, a região metropolitana (RMR) foi estabelecida em junho de 1973, por meio da Lei Complementar Federal n.º 14. A RMR representa “uma unidade organizacional geoeconômica, social e cultural” composta pelo ajuntamento de alguns municípios de Pernambuco. No período de sua instituição era constituída por 09 municípios, sendo estes: Recife, Cabo de Sto. Agostinho, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista e São Lourenço da Mata. (DEPUTADOS, 1973). No decorrer das quatro décadas seguintes o número de municípios que compunham esta RM foi ampliado e conformando, na atualidade, 15 municípios. Além daqueles já mencionados foram acrescidos: Abreu e Lima, Camaragibe, Araçoiaba, Ipojuca, Itapissuma e Goiana (LEGIS, 2018).

O processo de metropolização do Recife, bem como, Salvador e Fortaleza, se deu de maneira diferenciada, quando comparada à realidade de outras RMs do Centro-Sul, que também foram instituídas pela Lei Federal Complementar de n.º 14. Estas RMs do Nordeste foram fortemente instituídas muito mais em função do crescimento populacional (intensificado pelo fluxo migratório de populações das áreas do interior do estado) do que necessariamente por forças econômicas locais. Este fato caracteriza o fenômeno da metropolização do Recife como estando associado ao subdesenvolvimento. Da década de 1950 para 1960 a população do município compreendia o total de 797,2 mil. De 1960 para 1970, a cidade do Recife já abrigava mais de um milhão de habitantes (1.060,7) e sua RM estava situada na terceira posição, em contingente populacional do Brasil (MELO, 1978).

Os impactos provenientes da urbanização desorganizada na RMR são inúmeros e denota um projeto de modernidade idealizado sob uma perspectiva civilizatória, ancorada num modelo de sociedade urbana, científica, industrial e mercadológica. Santos (2013) reflete que muitos dos problemas sociais e ambientais constituídos na cidade, se dão por um “choque de identidade” e sentimento de “antagonismo” entre a sociedade e a natureza, que está na base do processo de urbanização do mundo, e adverte que, a crise vivenciada na atualidade é decorrente, em essência, da urbanização.

É possível ainda identificar uma série de problemas sociais e ambientais no decorrer histórico dessa urbanização, dentre eles: a ressignificação da relação sociedade-natureza, aparecimento de bairros pobres e favelas decorrente da ineficiente política de habitação e

regularização fundiária, crescimento desordenado da população, relações sociais, espaciais e de lazer regidos pelas leis racionalizadoras do mercado, precarização social, congestionamentos no trânsito, desastres ambientais e alagamentos nos períodos chuvosos, dentre outros (SANTOS, 2013).

Neste cenário alguns estudos apontam a importância da Agricultura Urbana (AU), sobretudo, como uma alternativa ou estratégia de sobrevivência econômica de muitos(as) agricultores(as) (FERREIRA, 2009). A prática da AU compreende uma multiplicidade de atividades agropecuárias nas cidades e envolve o exercício social de cultivo e produção de alimentos e insumos, beneficiamento, criação animal, coleta, extrativismo, dentre outras atividades mediante as particularidades locais

Essa atividade social propõe mudanças estruturais nas ocupações dos espaços urbanos, atuando, por exemplo, no enfrentamento da pobreza e da segurança alimentar e nutricional (SUBSÍDIO para..., 2015). As práticas da AU, em suas múltiplas formas e possibilidades, são capazes de promover nas cidades: Engajamento social, laços de proximidade, geração de trabalho e renda, abastecimento local, promoção do lazer e cultura, dentre outras questões.

Mas, como compreender a atividade agrícola, predominante do espaço rural, na cidade? Quais foram as influências da urbanização sobre a prática da agricultura? Como se caracteriza a AU e qual o papel que ela desempenha na cidade? Outras questões podem nos ajudar a encontrar o fio condutor dessa reflexão: Como são identificados o espaço rural e o espaço urbano? O que se pode compreender por “ruralidade” e como ela pode ser evidenciada nos espaços urbanos?

A proposta deste trabalho consiste em verificar o processo de urbanização da cidade e analisar a AU como uma atividade importante na reprodução social dos(as) agricultores(as) urbanos(as). Para isso, conferindo certa originalidade ao estudo, vamos avaliar como se organiza a construção social do saber local entre agricultores(as) urbanos(as), no esforço de evidenciar como se estabelece o conhecimento local por meio das redes sociotécnicas.

As redes sociotécnicas de conhecimento estão relacionadas ao processo de construção do saber local. Nesta perspectiva compreende-se que o conhecimento pode ser construído a partir da articulação “de atores, redes e/ou organizações”, em sinergia, em prol de determinada atividade humana. Essa coesão é capaz de promover benefícios na relação conhecimento/ambiente. O conhecimento, neste processo, é compreendido como uma atividade ou construção social (RÖLLING, 1992 apud SABOURIN, 2001, p. 37). Portanto,

analisar como se expressam as redes sociotécnicas que envolvem os(as) agricultores(as) urbanos(as) deste estudo, constitui um importante elemento para compreender as estratégias de reprodução social dos atores envolvidos em sua atividade produtiva na cidade e suas possíveis relações com o campo.

Refletir a respeito da atividade agrícola na cidade - atividade esta considerada predominante das áreas rurais - nos leva a considerar, nas experiências de AU, as inter-relações existentes entre os espaços rurais e urbanos. De acordo com Ferreira e Castilho (2007), a AU por meio de suas "engrenagens e realização de fluxos" permite observar uma acentuada relação existente entre o espaço rural e a cidade. Nesta relação é possível observar a existência da ruralidade, como aponta Medeiros (2017), caracterizada pelas práticas sociais, culturais e econômicas, impregnadas de valores simbólicos, de pertencimento ao território e coesão social, por determinado ajuntamento humano, que carregam consigo valores mútuos e história comum.

Assim, observando como se estabelecem as redes sociotécnicas de conhecimento, vivenciada numa experiência de AU na cidade do Recife, será possível verificar uma possível relação entre o urbano e o rural, para além da atividade produtiva, propriamente dita. Neste sentido, o conhecimento será apreendido como um elemento fundamental no processo de fixação ao território e construção do saber local. Os conhecimentos advindos das experiências com o rural trazem consigo um conjunto de saberes que envolvem vivências, práticas e técnicas que lhes são característicos, no entanto, possíveis de resignificação quando experienciado no urbano.

É importante ressaltar a interdisciplinaridade necessária para estudar este tema. O debate a respeito da modernização dos espaços geográficos (campo e cidade) e da AU, com suas dinâmicas territoriais e sociais, demanda, historicamente, grande esforço das diversas áreas que compõem as Ciências Humanas, em destaque, a Geografia e as Ciências Sociais. A incumbência dessas ciências, de investigar e formular análises e conceituações são de ordem complexa, visto a constante dinâmica dos processos sócio-históricos de conformação territorial e social, ocorridos até então no Brasil e no mundo.

No entanto, a Geografia vem desenvolvendo pesquisas relevantes na construção do conhecimento, buscando, dentre muitos atributos, examinar e entender as ações humanas sobre o espaço, que está em constante transformação e ocupação, isto tudo, auxiliando na compreensão e planejamento das dinâmicas sociais. O fenômeno da AU no mundo vem alcançando destaque, sobretudo, na discussão ambiental e na sua capacidade de produzir

alimentos nos espaços urbanos. Neste cenário a Geografia também tem empenhado esforços em analisar como se configura a (re)produção desses espaços agricultáveis na cidade.

Por sua vez, as Ciências Sociais vêm refletindo e provocando o debate a respeito da manutenção da vida em sociedade, em seus sistemas políticos, econômicos, ideológicos e sociais. Esta ciência vem contribuindo, historicamente, de maneira sistemática e metodológica, nos diversos interesses e conflitos que envolvem as teias das relações humanas na vida coletiva. Compreender os fenômenos sociais que ocorreram (e ocorrem) nas sociedades agrárias e industriais, bem como, a “modernização” desses espaços, nos possibilita analisar o tempo presente e projetar o tempo futuro.

Neste aspecto, a cidade se configura como um local de disputas e de intensas relações e ideias, visto sua complexidade e pluralidade. Examinar o intenso processo de urbanização e o crescimento populacional nas cidades, como afirma o SUBSÍDIO [2015], é colocar em debate os enfrentamentos e os desafios que se revelam à humanidade e que estão dispostos para o futuro das cidades.

Por outro lado, refletir sobre a AU é também observar os processos de construção do conhecimento (muitas vezes marginalizados) que estão inseridos nas relações sociais dos(as) agricultores(as) urbanos(as), em interdependência/reciprocidade com o meio e com a sociedade em geral.

Em Recife/PE existe um conjunto de experiências de agricultura urbana, que são realizadas em diversos espaços da cidade. Estas vivências podem ser encontradas em espaços comunitários, residenciais, escolas, creches, lajes, quintais, telhados produtivos, laterais de estradas, dentre outras. Expressam-se de diferentes maneiras, tais como: no cultivo de vegetais, criação de animais, sementeiras, plantas ornamentais, coleta e extrativismo animal, dentre outras.

Diante disso, essa pesquisa foi realizada junto aos agricultores(as) urbanos(as) localizados próximos ao CEASA/PE, onde estão dispostas um conjunto de hortas urbanas, às margens das rodovias federais (BR 101 e 232).

Tomando como referência essas questões, este estudo tem os seguintes objetivos:

**Objetivo geral:**

Analisar como se organiza a construção social do saber entre agricultores(as) urbanos(as), como expressão da relação entre o rural e o urbano, observando os aspectos da ruralidade, no contexto do processo de urbanização da cidade do Recife/PE.

**Objetivos específicos:**

- Examinar o processo de urbanização, no Brasil e na cidade do Recife/PE.
- Analisar a importância da Agricultura Urbana para o contexto das cidades e a reprodução social de agricultores(as) urbanos(as).
- Conhecer a trajetória de vida de agricultores(as) urbanos(as) na cidade do Recife e analisar o seu sistema produtivo, observando os espaços e as formas de construção do conhecimento.

## CAPÍTULO 1 – CAMINHO METODOLÓGICO

---

Neste capítulo será apresentada a abordagem e os procedimentos metodológicos deste estudo. Neste sentido serão descritas as técnicas e os instrumentos de pesquisa que foram utilizados na investigação empírica para o desenvolvimento da pesquisa, possibilitando uma análise do fenômeno em questão. Bem como, será apresentada a trajetória inicial de aproximação com o campo de pesquisa, da população envolvida com as áreas de produção agrícola na cidade e a área de estudo. Por fim, será demonstrado como foram aplicadas as ferramentas de pesquisa.

### 1.1. Tipo de pesquisa

Este estudo será realizado a partir de uma abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa apresenta uma metodologia de caráter exploratório, e busca compreender a realidade empírica, principalmente, a partir de seus elementos subjetivos, o que pressupõe uma maior aproximação do pesquisador com os sujeitos da pesquisa. De acordo com Minayo (2016) este tipo de pesquisa tem a função de responder questões muito específicas, e no campo das Ciências Sociais, se ocupa de observar a realidade social a partir da problematização dos sentidos, compreendido como fenômenos humanos, tais quais: as motivações, as crenças, os valores, as atitudes, dentre outros. Minayo aponta que:

Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas também por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e compartilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2016, p. 20).

Nesta perspectiva a pesquisa qualitativa busca observar questões que não podem ser quantificáveis por se tratar de ações relacionadas aos sentidos humanos; Estes sentidos tecem uma dada realidade social, e são introduzidos pelos próprios sujeitos que nela estão inseridos (MINAYO, 2016). Portanto, a pesquisa qualitativa se distingue pelo seu método de análise, focado na observação das ações sociais, sejam individuais e/ou coletivas, em seus mínimos processos (MARTINS, 2004).

Este fato denota a importância do pesquisador exercer sua capacidade criativa, em seu esforço ao buscar interpretar os fenômenos sociais de determinada realidade, bem como,

contextualizar com o seu conhecimento de mundo (aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais, etc). Ainda com relação à atividade do pesquisador:

Enfatiza-se a necessidade do exercício da intuição e da imaginação pelo sociólogo, num tipo de trabalho artesanal, visto não só como condição para o aprofundamento da análise, mas também – o que é muito importante – para a liberdade do intelectual (MARTINS, 2004, p. 289).

Analisar os Sistemas Locais de Conhecimento num espaço de atividade agrícola na cidade do Recife pressupõe observar e interpretar elementos que estão tanto explícitos a partir de suas práticas e técnicas de cultivo, mas também, elementos subjetivos que estão contextualizados com uma vasta experiência de vida dos sujeitos da pesquisa. Refletir acerca deste fenômeno social é uma tarefa que exige maior proximidade, no intuito de maior aprofundamento, com o objeto de estudo em questão.

Assim, diante das considerações aqui apresentadas, a abordagem qualitativa se configura como o melhor caminho nesse processo de investigação científica para alcançar, por meio de seus métodos e técnicas, uma melhor análise e compreensão do que propõe esse estudo, possibilitando a construção do conhecimento.

## **1.2. Procedimentos para a coleta de informações**

Para atender os objetivos propostos deste estudo, organizamos a pesquisa de acordo com as seguintes etapas:

### **1.2.1. Etapa 1 – Revisão Bibliográfica**

A primeira etapa da pesquisa esteve focada na realização de uma Revisão de Literatura para uma primeira aproximação com a temática do estudo. Neste intuito, alguns conceitos importantes foram revisitados, como por exemplo: “espaço rural e espaço urbano”, “urbanização”, “ruralidade”, “agricultura urbana”, “redes sociotécnicas”. Estas reflexões serviram de aporte teórico para as próximas etapas da investigação.

### **1.2.2. Etapa 2 – Levantamento de dados no campo de estudo**

Para esta fase da pesquisa foram organizadas as técnicas para a coleta de informações no campo. No entanto, antes de definir os elementos desta etapa, foi definido o campo de estudo.

O campo de estudo foi definido a partir do interesse em pesquisar a prática da agricultura na cidade a partir da observação cotidiana de espaços agricultáveis próximos as rodovias federais 232 e 101, quando em trânsito para a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Ao passar por estas áreas verificava pessoas trabalhando no cultivo, no que parecia ser, as vistas rápidas, de hortaliças. Com um olhar curioso, visualizava a irrigação destes cultivos e uma variedade de cores (o que pressupunha ser uma variedade de vegetais) em meio ao trânsito tumultuado das rodovias. Pensava sobre a invisibilidade daqueles sistemas produtivos de alimentos para muitas pessoas que estão em constante deslocamento pelos espaços, e talvez, no preconceito, dada a condição marginal daqueles(as) que cultivam.

A partir deste múltiplo olhar sobre os espaços de hortas, somando-se também o interesse pelos estudos que envolvem a temática da Agroecologia<sup>2</sup>, das sociedades rurais e urbanas, bem como as suas relações, visualizei neste espaço da cidade do Recife a oportunidade de um campo de estudo. Deste modo foi definido o campo de pesquisa.

Assim, após definir o campo de estudo, foram pensadas as seguintes técnicas da pesquisa:

- Pesquisa de campo do tipo exploratória;
- Observação direta intensiva;
- Entrevistas do tipo semiestruturadas.

A pesquisa de campo exploratória foi realizada na primeira etapa da pesquisa. Pressupõe a necessidade de uma aproximação empírica com o campo de pesquisa. De acordo com Marconi e Lakatos (2003) a partir de sua prática é possível alcançar informações e/ou conhecimentos a respeito de diversos fenômenos sociais que envolvem indivíduos, grupos,

---

<sup>2</sup> O interesse pelos estudos da Agroecologia surgiu a partir da disciplina de Desenvolvimento, Meio Ambiente e Sustentabilidade, ministrada pelo Prof.º Francisco Roberto Caporal (disciplina obrigatória do curso de Ciências Sociais da UFRPE). Bem como, a partir de minha participação em encontros do Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC) e do Grupo de Estudos em Agroecologia e Campesinato (GEAC), este último organizado pelo NAC, na UFRPE.

comunidades, instituições, dentre outros arranjos. O uso desta técnica de pesquisa é muito comum por diversos ramos das Ciências Humanas, como a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia, dentre outras. Assim, a pesquisa de campo, segundo Marconi e Lakatos (2003):

Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los. A pesquisa de campo propriamente dita “não deve ser confundida com a simples coleta de dados (este último corresponde à segunda fase de qualquer pesquisa); é algo mais que isso, pois exige contar com controles adequados e com objetivos preestabelecidos que discriminam suficientemente o que deve ser coletado” (apud, TRUJILLO, 1982, p. 229).

A observação direta intensiva é realizada através de duas técnicas: a observação e a entrevista. Esta técnica irá favorecer a coleta de dados por meio da observação da realidade local do estudo, utilizando os sentidos humanos no intuito de alcançar os diversos aspectos da experiência empírica (MARCONI E LAKATOS, 2003). Portanto:

A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. Desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta, e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade. É o ponto de partida da investigação social (Marconi e Lakatos, 2003, p. 191).

A terceira e última técnica de pesquisa foi constituída pela aplicação de Entrevistas Semiestruturadas junto aos(as) agricultores(as). Minayo (2016, p. 59) aponta que esta técnica de coleta de dados: “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”. Essa abordagem possibilita o pesquisador refletir e construir informações relevantes do seu objeto de pesquisa, já que fornece também informações baseadas em “narrativas de vida” e “história oral” dos interlocutores pesquisados (MINAYO, 2016).

Para estudar os sistemas de conhecimento local e as redes sociotécnicas, foram adotadas as ferramentas metodológicas propostas por Sabourin (2001), tal como será apresentado mais adiante. Para tanto, foram utilizadas ferramentas baseadas no Diagnóstico Rural Participativo (DRP), como o “Mapa de propriedade e de recursos naturais” e a “Travessia”.

De acordo com Verdejo (2010), o DRP consiste num conjunto de ferramentas e técnicas capaz de promover um diagnóstico dos processos comunitários (em áreas rurais e urbanas) a partir da autoanálise e autogerenciamento, sobretudo, pelos(as) próprios(as) agricultores(as), fomentando a participação, o planejamento e o desenvolvimento local

sustentável. Além disso, as ferramentas do DRP promovem a “obtenção direta de informação primária ou de ‘campo’ na comunidade”. Assim,

O DRP permite colher dados de maneira ágil e oportuna [...] Diferentemente dos métodos convencionais de pesquisa, o DRP usa fontes diversas para assegurar uma coleta compreensível de informação. Estas podem ser a revisão de dados secundários; as fotografias aéreas e imagens de satélite; a observação direta de eventos, processos, as relações entre as pessoas [...] as entrevistas semiestruturadas; os diagramas; os mapas e travessia e os calendários de atividade [...] Seu objetivo, mais que a perfeição científica, é a complementaridade de informação recebida pelas diferentes fontes, mantendo, assim, um cruzamento de dados que incrementa a precisão crítica de análise (Verdejo, 2010, p. 14).

O mapa de propriedade e de recursos naturais permite observar, graficamente, os detalhes dos espaços produtivos e o uso desses espaços a partir dos diversos elementos que o compõe, ressaltando, principalmente, os recursos naturais disponíveis no local. A partir dessa observação é possível analisar a organização produtiva local e discernir acerca das áreas ocupadas pelos(as) agricultores(as), a infraestrutura social, os tipos de cultivo, a fauna e a flora, os limites espaciais, dentre outras, identificando as potencialidades e os limites existentes (VERDEJO, 2010).

A travessia, ou caminhada transversal, consiste na elaboração de um diagrama identificando as diferentes áreas (ecológicas e topográficas) dentro dos limites de determinada propriedade. Sua realização consiste numa caminhada linear pelos diferentes espaços geográficos, onde são registrados todos os aspectos visualizados e que são levantados pelos(as) próprios(as) agricultores(as). A partir da travessia é possível obter informações a cerca de diversos elementos relacionado aos recursos (naturais e sociais) disponíveis no local (VERDEJO, 2010).

Foram ainda utilizadas equipamentos audiovisuais, como fotografias e gravações das entrevistas, no intuito de melhor apreender a realidade local do estudo em que se encontram os(as) sujeitos(as) participantes da pesquisa.

### **1.3. Localização das áreas produtivas**

A pesquisa foi realizada, conforme a figura 02, em áreas de Agricultura Periurbana situadas no entorno do Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco (CEASA/PE), na cidade do Recife, capital do estado de Pernambuco, região Nordeste do Brasil.

Estas áreas de cultivo estão localizadas, principalmente, no bairro do Curado e, algumas outras, próximas ao bairro de Jardim São Paulo, na Região Político Administrativo V (RPA-5)<sup>3</sup>, região sudoeste da cidade do Recife. A Figura 03 demonstra no mapa do Recife a RPA-5, onde, em sua totalidade agrupam 16 bairros, sendo eles: Afogados, Areias, Barro, Bongi, Caçote, Coqueiral, Curado, Estância, Jardim São Paulo, Jiquiá, Mangueira, Mustardinha, San Martin, Sancho, Tejipló e Totó.

Figura 02 – Localização das hortas, em Recife-PE



Fonte: Google Earth (2018)

As hortas comunitárias se encontram as margens das rodovias federais e do anel rodoviário das BRs 101 e 232 conforme evidencia a Figura 04 e, algumas delas, estão posicionadas embaixo das redes de transmissão elétrica da CHESF, conforme a Figura 05. Além do CEASA e da CHESF, em seu perímetro estão localizados o Hospital da Mulher do Recife (HMR), o Hospital Pelópidas Silveira (HPS), Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o Colégio Militar do Recife (CMR), o Departamento Nacional de Infraestrutura de

<sup>3</sup>As seis RPAs da cidade do Recife foram dispostas pelo poder público municipal visando à formulação, execução e avaliação das políticas públicas e do planejamento governamental do município. Em cada RPA poderão ser instaladas unidades administrativas dos diferentes órgãos da Prefeitura da Cidade do Recife. Estas RPAs foram dispostas pela Lei Municipal n.º 16293/97.

Transportes (DNIT), os batalhões militar do exército brasileiro e um pouco mais afastado o Hospital das Clínicas (HC/UFPE) e o Campus da UFPE.

Figura 03 – RPA-5



Fonte: Prefeitura do Recife

Ainda estão localizadas, próximas as áreas produtivas, vias de importante acesso a área central da cidade, como: a Av. Recife, a Av. Eng. Abdias de Carvalho e um pouco mais afastado a Av. Caxangá. As rodovias federais são vias de acesso às integrações de ônibus e metrô, como o Terminal Integrado do Barro, da Macaxeira, da Caxangá e de Camaragibe.

Sendo, também, via de acesso ao Terminal Integrado de Passageiros (TIP) – viagens intermunicipais – e a UFPE e UFRPE.

Figura 04 – Cultivo localizado às margens das rodovias federais



Fonte: Acervo Pessoal (2018)

Figura 05 – Hortas cultivadas embaixo das redes de transmissão elétrica da CHESF



Fonte: Acervo Pessoal (2018)

#### 1.4. Aproximação com o campo de pesquisa e população do estudo

Esta etapa de aproximação com o campo compreendeu três visitas. A primeira comunicação foi realizada em novembro de 2018, quando tive acesso ao local de estudo e fui apresentado a técnica responsável por gerir as áreas de plantio pelo Sindicato do Comércio de Hortifrutigranjeiros, Flores e Plantas do Estado de Pernambuco (SINDFRUTAS/PE), com o apoio de uma informante-chave, a Juliana Moraes, que realizou estudos nos espaços de hortas e estagiou na administração do CEASA.

O SINDFRUTAS/PE está localizado no prédio administrativo do CEASA, e a técnica responsável pelas hortas é Jaciara Pereira que acolheu a pesquisa e se dispôs a me auxiliar no que fosse necessário. Em vários momentos do trabalho de campo pude contar com o apoio desta técnica.

Nesta ocasião busquei mais informações a respeito das áreas produtivas e demos início às estratégias necessárias para me aproximar das pessoas que lá exercem a atividade agrícola. Com isso foi possível tomar conhecimento de algumas informações mais genéricas, como: a localização exata e extensão territorial das áreas de plantio, o quantitativo de agricultores(as) cadastrados(as), a origem de alguns(as) desses(as) produtores(as), o horário em que iniciam e finalizam as atividades produtivas, os locais de comercialização dos produtos cultivados, como se estabelece a administração sobre essas áreas e como é a relação da gestão com os(as) agricultores(as), dentre outras questões.

A partir dessa visita foi possível ter um primeiro contato com informações importantes acerca da população e das atividades produtivas nos espaços de hortas e, com isso, ampliar o conhecimento acerca da realidade local.

A segunda ida ao local de pesquisa também ocorreu em novembro de 2018. Neste dia fizemos uma visita a três espaços de hortas, próximos ao CEASA. A visita foi guiada por Jaciara, coordenadora do Projeto, e uma estagiária estudante de Agronomia.

O primeiro espaço produtivo visitado está localizado numa área denominada por Alça<sup>4</sup> 9.1 pela administração do CEASA e está identificado pela letra A, na figura 06. No local foi possível observar o plantio de capim milhã/miã e breço, ambos sendo regados por aspersão<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> O termo “Alça” é utilizado pela administração do CEASA em referência a proximidade dessas áreas de cultivo a um complexo de viadutos e rodovias federais.

<sup>5</sup> A irrigação por aspersão é uma técnica que tem por objetivo fornecer água as diversas culturas plantadas no terreno a partir de jatos de gotas. O instrumento utilizado para esta técnica é conhecido por "aspersor".

O agricultor responsável por esta área encontrava-se comercializando seus produtos no CEASA, estando apenas a sua esposa e alguns trabalhadores presentes na área de cultivo.

Atravessando a rodovia, chegamos à segunda área de cultivo localizada na Alça 09 – identificada pela letra B, na Figura 06. Foi possível verificar uma grande quantidade de alface roxa sendo beneficiada pelos agricultores em um tanque com água e armazenada em galeias (Figura 07). A plantação predominante na área era de quiabo (Figura 08), mas foi possível verificar também o cultivo de coentro e outras hortaliças.

O terceiro e último espaço produtivo visitado neste dia está localizado na Alça 08 e identificado pela letra C (Figura 06). No local foi possível observar os agricultores fazendo a rega manual de algumas culturas, preparando a terra para o plantio e adicionando adubo em leirões<sup>6</sup> já cultivados (Figura 09). Estavam dispostos no local, cultivos de alface, cebolinho, maxixe, tomate, berinjela, hortelã e algumas mudas.

Figura 06 – Localização das áreas de cultivo visitadas



Fonte: Adaptação de imagem do Google Maps (2018)

<sup>6</sup> Os "leirões" são canteiros de terra, um pouco mais elevados quando comparados a superfície do terreno, constituídos, principalmente, por meio da enxada. Estes leirões estão, geralmente, dispostos de maneira paralela uns do outro e neles podem ser cultivadas diversas espécies vegetais, por meio de mudas e/ou sementes. É possível observar os leirões nas Figuras 04 e 09.

Figura 07 – Alça 09: Alface roxa sendo lavada e armazenada em galeias



Fonte: Acervo Pessoal (2018)

Figura 08 – Alça 09: Cultivo de quiabo



Fonte: Acervo Pessoal (2018)

Figura 09 – Alça 08: Agricultor adicionando adubo ao cultivo de alface



Fonte: Acervo Pessoal (2018)

O terceiro expediente de campo foi realizado em novembro de 2018. Neste dia, fomos visitar a área da agricultora Cida, localizada pela letra D, na figura 06. Para acessar este local percorremos de carro outras áreas de hortas que se encontram geograficamente um pouco mais afastadas do CEASA, portanto, de difícil acesso a pé. Neste deslocamento, tive a oportunidade de ter uma melhor dimensão sobre estas áreas de plantio. Além disso, à medida que íamos passando por diversos espaços de cultivo foram sendo repassadas informações sobre as dinâmicas destes respectivos locais.

Neste intervalo, obtive conhecimento sobre a existência de espaços que desenvolvem atividade de sementeira, de beneficiamento, de cultivo de hortaliças, criação de animais e, também, informações a respeito de áreas que estão com problemas judiciais, com relação ao direito de posse sobre a terra. Foi possível verificar ainda a atuação da técnica do SINDFRUTAS/PE em seu trabalho de assessoria aos(as) agricultores(as) da região.

Chegando a área produtiva de D. Cida foi possível verificar sua extensão territorial e uma notável diversidade de culturas plantadas no local, algo diferenciado das outras áreas de hortas que foram visitadas, que cultivavam uma variedade muito inferior. Foi possível observar o cultivo de tubérculos e raízes (macaxeira, inhame, batata doce), frutas e legumes (mamão, acerola, banana, graviola, tomate, dentre outras), verduras, ervas e especiarias

(capim santo, arruda, variedades de pimentas, bredos, cebolinho, coentro, etc) e flores (girassol, cravo, etc). Esta visita a área não foi melhor explorada devido ao fato de não estar equipado com botas, visto a presença de serpentes.

Esta permissionária já se encontra no local desde 1978, caracterizando-a como uma das mais antigas das áreas de plantio.

### **1.5. Escolha da área de horta a ser pesquisada**

No intuito de analisar como se estabelecem os processos de construção do saber local, buscando identificar as redes sociotécnicas de conhecimento, no qual estão envolvidos(as) os(as) agricultores(as) que praticam atividade produtiva nos espaços das hortas próximos ao CEASA, planejamos, a princípio, realizar a pesquisa em três áreas de plantio.

No entanto, visualizamos não ter tempo hábil para tal pretensão, visto a necessidade de maior tempo para realização da pesquisa em três áreas de cultivo. Além do tempo, demandaria também uma série de fatores, próprios de uma pesquisa exploratória, como por exemplo: estreitar laços de confiança entre pesquisador-pesquisado (para que o sujeito da pesquisa sinta-se a vontade para falar) e certa disponibilidade dos(as) agricultores(as) em participar do estudo para conseguirmos aprofundar a investigação e colher as informações necessárias.

Com isso, restringimos a pesquisa a uma área de horta. Para tal, foi escolhida a área produtiva de D. Cida. Os critérios de escolha por esta área foram: (1) boa interação com a permissionária na primeira visita, observando sua aceitação e disponibilidade em contribuir com o estudo; (2) longo tempo em que a permissionária e seus familiares se encontram fixadas ao território, praticando a atividade agrícola; (3) a extensão de sua área e a diversidade de culturas cultivadas; e (4) pelo fato da permissionária e sua família terem suas origens ligadas ao rural.

### **1.6. Aplicação das técnicas e ferramentas de pesquisa no campo de estudo**

Para a coleta de informações foram realizadas três visitas à horta de estudo. No primeiro dia foi possível vistoriar a área produtiva, observando os tipos de cultivos no local, e colher breves relatos sobre as atividades que são realizadas no espaço. Este momento constituiu uma primeira aproximação com a horta e com os(as) agricultores(as). Também foi apresentada a proposta do estudo no local aos sujeitos da pesquisa.

Para realizar a próxima visita à horta foram pensadas e organizadas, previamente, as ferramentas de pesquisa que seriam aplicadas no campo de estudo, junto aos(as) agricultores(as). Com isso foi elaborado uma ficha de informações gerais (Apêndice 01) e um roteiro de entrevista semiestruturada (Apêndice 02).

Na segunda visita ao campo (previamente agendada) foi iniciada a aplicação das ferramentas de investigação. Neste dia, estavam presentes na horta os quatro agricultores(as) responsáveis pelas áreas de cultivo, quando foi realizada um entrevista coletiva com todos(as) eles(as). Com isso, foi possível identificar o perfil dos(as) agricultores(as) que desenvolvem a atividade agrícola na horta em questão, bem como, obter algumas informações relacionadas aos aspectos socioeconômicos, tais como: sexo, idade, escolaridade, ocupação, entre outros. Ainda neste dia, num local mais apropriado da horta, foi realizada, coletivamente, a entrevista semiestruturada. No momento foram problematizadas e relatadas questões acerca da atividade produtiva na horta, dos saberes locais, das inovações (materiais e insumos) adotadas no processo produtivo, da comercialização dos produtos, dentre outras questões.

As narrativas deste encontro foram registradas por equipamento de áudio para uma melhor apreciação num momento posterior de análise.

Foi possível ainda realizar uma terceira visita ao espaço da horta. Neste dia, foram postos em prática outras ferramentas no intuito de obter ainda mais conhecimento sobre o espaço e, assim, complementar as informações advindas da entrevista. Foram aplicadas as seguintes ferramentas baseadas no DRP: o “Mapa de propriedade e de recursos naturais” e a “Travessia”. Para isso, convidei uma das agricultoras, D. Cida, para irmos até a entrada principal da horta e, de lá, percorremos todos os espaços possíveis. Com isso, foi realizado um mapeamento de todas as áreas de cultivo e os produtos agrícolas plantados no local.

Nesta pesquisa exploratória, além dessas três visitas ao espaço da horta, estive presente algumas vezes no SINDIFRUTAS/PE. Neste local busquei mais informações a respeito da área de pesquisa, como: tamanho da área, realização dos cadastros dos(as) agricultores(as), atualização de informações anteriores, em busca de registros fotográficos, dentre outras.

Foram, ainda, realizadas visitas a um estúdio de fotografia dentro do CEASA, no qual são realizadas fotografias aéreas do entorno.

Estes elementos contribuíram para uma melhor compreensão e identificação dos(as) agricultores(as) que praticam a atividade agrícola no local. Com isso foi possível analisar como se constituíram suas trajetórias de vida, como se estabeleceram no território e verificar

como estão dispostas as dinâmicas locais, em consonância com outros personagens e instituições que interagem com o espaço.

## CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO TÉORICA

---

### **2.1. A expansão do modelo capitalista e o ingresso à modernidade: O fenômeno da urbanização no Brasil.**

O processo de constituição do Estado brasileiro, no início do século XX, foi caracterizado por um contexto político-social de intensos conflitos e a chamada Revolução de 1930 demarcou, historicamente, esta crise (COUTINHO, 2006). Neste período, o Brasil passava por um intenso processo de ingresso à “modernidade”, ou mais precisamente, como afirma Coutinho (2006, p. 176), o período Vargasista “[...] contribuiu para consolidar definitivamente a transição do Brasil para o capitalismo”.

Nesse processo de transição à modernidade, as classes populares foram sendo, pouco a pouco, absorvidas pelas decisões autoritárias do Estado e excluídas desse movimento modernizador, ficando à margem desse processo. Às ações relacionadas ao desenvolvimento do país foram direcionadas em favor do Estado e das classes dominantes (COUTINHO, 2006). Maricato (2003) aponta, a respeito das classes populares, que houve uma negação da sua existência, inclusive de direitos, nos processos históricos e sociais pela burguesia brasileira.

A expansão do modelo capitalista fundamentou um movimento de transição social e econômica em direção a um novo padrão hegemônico de industrialização e urbanização, buscando se desvencilhar de um ordenamento mais agrário, tido como arcaico e atrasado, para assumir um arranjo moderno, industrial e capitalista. A partir dessa conjuntura histórica, de ingresso à modernidade, pretende-se analisar como se sucedeu o processo de urbanização nacional, mais precisamente, examinar as transformações espaciais e as decorrências sociais, econômicas e políticas desse modelo capitalista de urbanização.

É recorrente a afirmação, entre os estudiosos, como Santos (1993), Ribeiro (2012), Maricato (2003), Brito (2006), dentre outros, que o processo de urbanização no Brasil transcorreu no século XX, denotando uma maior intensidade nas mudanças estruturais e sociais, bem como, uma maior expansão da rede urbana, na segunda metade deste século. Portanto, configura-se um fenômeno recente no Brasil.

Santos (1993) analisa que após um longo período histórico de urbanização social e territorial, restrito a alguns espaços regionais, a segunda metade do século XX, manifesta o momento de generalização dessa urbanização, manifestando alguns efeitos de sua época contemporânea, como a macrourbanização e metropolização.

Vale ressaltar que esta afirmação não implica dizer que não houve uma civilização urbana nos séculos anteriores, muito menos, que as cidades não desempenharam alguma relevância. O antropólogo Darcy Ribeiro, em *O Povo Brasileiro*<sup>7</sup>, reflete que em sua formação histórico-evolutiva, o Brasil: “[...] nasceu já como uma civilização urbana. Vale dizer, separada em conteúdos rurais e citadinos, com funções diferentes mas complementares e comandada por grupos eruditos da cidade” (RIBEIRO, 2012, p. 177).

Ainda neste sentido, Brito (2006) observa que as cidades (ainda que incipientes) fazem parte da paisagem social do país desde o período colonial, porém, apresentava uma reduzida dimensão populacional. Maricato (2003) destaca a importância das metrópoles, no período colonial e imperial, por ser um lugar de aporte as negociações comerciais, de produtos primários, com o mercado europeu.

Silva e Macêdo (2009) salientam que alguns fatores favoreceram o desenvolvimento da urbanização brasileira, dentre os quais, destaca-se: o êxodo rural, a industrialização tardia e a modernização das atividades agrícolas. A primeira, como aponta as autoras, está associada ao excedente de mão-de-obra no campo. Os dois últimos fatores estão relacionados à concentração populacional nas grandes cidades.

Por sua vez, Brito (2006) evidencia que o acelerado processo de urbanização nos centros urbanos do Brasil resultou das migrações internas, articulado com a expansão econômica, os surtos de industrialização e a ampliação das relações mercantis entre as regiões brasileiras.

As intervenções da política desenvolvimentista ocasionaram, também, profundas transformações no espaço rural brasileiro, sobretudo a partir da década de 1950. Com o advento de um novo padrão de acumulação capitalista, a agricultura sofreu um intenso processo de modernização de suas práticas. Agora, o campo passa a contar com a ajuda da extensão rural, a adoção de novos maquinários (tratores e equipamentos), insumos e produtos químicos (sementes melhoradas, fertilizantes químicos e agrotóxicos) e aparatos técnicos.

---

<sup>7</sup> O ano de 1995 data a primeira impressão desta obra.

Estes elementos instituíram mudanças na atividade agropecuária e nas relações sociais de produção. Já na década de 1960 ocorreu um fortalecimento do setor agroindustrial gestando uma “industrialização da agricultura”, fortalecendo a prática da monocultura, pela elite agrária brasileira (TEIXEIRA, 2005).

A modernização na região Nordeste efetuou-se a partir de processos incipientes, fundamentado em pequenas mudanças formais, modificando suas estruturas e promovendo o crescimento urbano. No entanto, este processo não promoveu um crescimento acentuado, capaz de diminuir as desigualdades sociais, no que se refere à distribuição de renda e melhores condições de vida da população. Na realidade as condições de vida continuavam precárias. O estreitamento das relações campo-cidade, a partir do êxodo, forjou as periferias dos centros urbanos, modificando a paisagem e motivando o adensamento populacional nas cidades. A ausência de políticas para a reforma agrária constitui um elemento de análise para a ocorrência dessa mobilidade para centros urbanos (ANDRADE, 2005).

Nessa conjuntura, o cenário urbano (as cidades) e as metrópoles brasileiras ganham uma posição de destaque, pois, são nelas, que se expressam as principais características do fenômeno da urbanização (SILVA e MACEDO, 2009). De acordo com Buzato (2013), os ideais do período desenvolvimentista (1930-1945) além de redefinir a paisagem urbana e as cidades, buscavam, também, conceber o cidadão moderno e civilizado. Assim:

[...] as cidades são tomadas como exemplo do ideal moderno. São nelas que se criam novas concepções culturais e que se evidencia a importância da ciência e do progresso distanciando-se, cada vez mais, das mentalidades tradicionais forjadas no ambiente rural, passando esse, a representar o que há de mais retrógrado e atrasado [...] Assim, a cidade passa a desempenhar uma função educativa no processo de modernidade que se manifesta no estilo de vida urbano. Isto é, são nas cidades que se promove o aprendizado para a civilidade e sociabilidade. Esse aprendizado habilita o cidadão à prática do direito à convivência urbana. Nesse sentido, o urbano se constitui num cenário dinâmico de formação, uma vez que a civilidade se aprende a partir das relações entre os cidadãos e desses com o ambiente construído impregnado de significados (BUZATO, 2013, p. 01).

Contudo, a ampliação da malha urbana não foi capaz de superar a promessa de um ambiente desprendido e autônomo de algumas características dos períodos colonial e imperial, já apontado aqui numa dimensão de atraso. Questões pertinentes ao latifúndio, a concentração de renda e poder, o coronelismo, são alguns exemplos de “heranças coloniais” que persistiram em existir no cenário urbano moderno, marcados na mentalidade burguesa, adaptado, agora, à modernidade (MARICATO, 2003). Por outro lado, é notável também neste retrato urbano, a

presença cada vez mais constante das populações camponesas que, preservam na cidade sua “cultura arcaica, mas muito integrada e criativa” (RIBEIRO, 2012, p. 184).

A modernidade expressa pela urbanização, no século XX, provocou mudanças sociais, econômicas e culturais desastrosas na sociedade brasileira, sendo chamada por Ribeiro (2012) como uma “urbanização caótica”. O êxodo rural foi um fenômeno social que determinou profundas transformações na demografia das diversas regiões, gerando concentrações populacionais nas principais cidades. Neste sentido, Ribeiro (2012) constata a dificuldade em apresentar uma interpretação linear a respeito das motivações do êxodo rural, mediante os diversos fatores que o motivaram, porém, ilustra que:

A industrialização e a urbanização são processos complementares que costumam marchar associados um ao outro. A industrialização oferecendo empregos urbanos à população rural; esta entrando em êxodo na busca dessas oportunidades de vida [...] No Brasil, vários processos já referidos, sobretudo o monopólio da terra e a monocultura, promovem a expulsão da população do campo [...] vivemos um dos mais violentos êxodos rurais, tanto mais grave porque nenhuma cidade brasileira estava em condições de receber esse contingente espantoso de população. Sua consequência foi a miserabilização da população urbana e uma pressão enorme na competição por empregos (RIBEIRO, 2012, p. 181-182).

Ainda nessa perspectiva, Santos (1993, p. 09) reforça que:

A urbanização se avoluma e a residência dos trabalhadores agrícolas é cada vez mais urbana. Mas que a separação tradicional entre um Brasil urbano e um Brasil rural, há, hoje, no país, uma verdadeira distinção entre um Brasil urbano (incluindo áreas agrícolas) e um Brasil agrícola (incluindo áreas urbanas). No primeiro os nexos essenciais devem-se sobretudo a atividades de relação complexas e no segundo a atividades mais diretamente produtivas.

O período entre 1960 e 1980 registrou um crescimento demográfico nas cidades das principais capitais brasileiras em virtude da concentração econômica (principalmente, devido à industrialização) favorecendo o fluxo migratório rural-urbano. Já na década de 60, é possível identificar, por meio de dados censitários, uma população urbana maior do que a rural. Estima-se que 43 milhões de pessoas saíram do campo em direção às cidades, e em decorrência desse fato, as desigualdades regionais e sociais vão sendo impulsionadas (BRITO, 2006).

Os dados demográficos apresentados pelo IBGE, de acordo com os Censos realizados no período de 1950 a 2010, nos fornecem um melhor panorama do contingente populacional e situação de domicílio (rural/urbana) no Brasil. Em 1950 a população urbana representava 36,16% enquanto que a população rural era 63,84%. No início de 1960 a população urbana ainda se constituía abaixo da população rural, com 45,08%. No entanto, em meados da década

de 60 verifica-se um aumento da população urbana, chegando à década de 1970 com 55,98%. Desde então se evidencia um aumento progressivo da população urbana, que já na década de 1980 reflete 67,7%, enquanto que a população rural compõe-se com 32,3%. De acordo com o último Censo Demográfico de 2010, a população urbana brasileira representa um total de 84,36%. Estas informações coletadas pelos Censos Demográficos e apresentadas na Tabela 01, confirmam o processo de urbanização no Brasil.

Tabela 01 – População brasileira nos censos demográficos (1950-2010) por situação de domicílio (Urbana-Rural)

Período	População Urbana		População Rural		Total
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto
1950	18.782.891	36,16	33.161.506	63,84	51.944.397
1960	32.004.817	45,08	38.987.526	54,92	70.992.343
1970	52.904.744	55,98	41.603.839	44,02	94.508.583
1980	82.013.375	67,7	39.137.198	32,3	121.150.573
1991	110.875.826	75,47	36.041.633	24,53	146.917.459
2000	137.755.550	81,23	31.835.143	18,77	169.590.693
2010	160.925.792	84,36	29.830.007	15,64	190.755.799

Fonte: IBGE (2019)

Este modelo de urbanização segregou, em espaços marginais na cidade, uma grande parcela da população, impondo uma ordenação e distribuição desigual do território caracterizada pela presença da miséria e da pobreza. Maricato (2003), ao fazer uma leitura da metrópole brasileira no final do século XX, observa o cenário de desigualdade social e econômica presente no espaço urbano, e evidencia que: “[...] a imagem das cidades brasileiras parece estar associada à violência, a poluição das águas e do ar, criança desamparada, tráfego caótico, enchentes, entre outros inúmeros males” (MARICATO, 2003, p. 152). A autora destaca ainda que:

A extensão das periferias urbanas (a partir dos anos 1980 as periferias crescem mais do que os núcleos ou municípios centrais nas metrópoles) tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental configurando imensas regiões nas quais a pobreza é homoganeamente disseminada. Pela primeira vez na história do país registram-se extensas áreas de concentração de pobreza, a qual se apresentava relativamente esparsa nas zonas rurais antes do processo de urbanização [...] A segregação urbana ou ambiental é umas das faces mais importantes da desigualdade

social e parte promotora da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos, etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável. [...] A produção do ambiente construído e, em especial o ambiente urbano, escancara a simbiose entre modernização e desenvolvimento do atraso (MARICATO, 2003, p. 152-153).

Esse panorama revela a experiência brasileira de urbanização, bem como, a maneira desastrosa em que as cidades emergiram, e nela, sua sociedade. As consequências deste acelerado processo de urbanização, bem como, a falta de um planejamento urbano condizente com a realidade social do Brasil, deixou marcas profundas no seio das cidades e metrópoles brasileiras. Num panorama de desigualdade social e econômica, verifica-se uma população urbana pobre e destituída, na prática, de seus direitos.

Muitos desses sujeitos foram (e são) deslocados para as periferias das cidades, locais como aponta Maricato (2003), desvalorizados pelo poder público ou que não interessam ao mercado imobiliário. Essa população se abriga muitas vezes em ocupações ilegais de terra urbana e nestes espaços, para sobreviverem cotidianamente, abrigam seus familiares e praticam suas atividades produtivas e/ou comerciais.

## **2.2. O rural e o urbano e suas dinâmicas sócio-espaciais**

O espaço rural e o espaço urbano são categorias que vem sendo observadas e refletidas ao longo de um percurso histórico por teóricos que se interessam em compreender tanto suas dinâmicas particulares como aquelas estabelecidas mutuamente, de inter-relações. Nesta perspectiva, Queiroz (1976, p. 160) aponta que:

Um dos problemas que se coloca aos pesquisadores que desejam limitar seus trabalhos seja ao meio urbano, seja ao meio rural no Brasil, é o de sua definição. Não se trata de uma delimitação fácil e, desse ponto de vista, os estudiosos brasileiros de ciências humanas compartilham de uma situação que é geral na problemática sociológica.

Seguindo esta compreensão, Carneiro (1998, p. 53), no que concerne as noções de “rural” e “urbano”, afirma que: “Torna-se cada vez mais difícil delimitar fronteiras claras entre as cidades e os pequenos vilarejos ou arraiais a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais.”

A partir disso, é possível observar os limites e as dificuldades em estabelecer, bem como observar na literatura, um conceito exclusivo pelas Ciências Humanas e Sociais, a respeito do meio rural e do meio urbano. Entretanto, é possível elucidar alguns apontamentos, definições e interpretações a respeito do rural e do urbano, do campo e cidade, que foram elaboradas no decorrer histórico pelas diversas Ciências como a Sociologia, a Geografia, a Economia, a Arquitetura, o Urbanismo, etc.

Por muito tempo, o espaço rural foi estigmatizado como um espaço arcaico e obsoleto, por estudiosos que defendiam o desenvolvimento e o progresso. Por sua vez, o espaço urbano se caracterizava como o local destinado ao futuro da população, capaz de quebrar com o quadro de retrocesso e precariedade das sociedades camponesas. De acordo com Wanderley (2004, p. 83, grifo da autora):

A visão depreciativa do que vem dos “grotões” da sociedade se reforça com tratamento do meio rural como um vazio social seus problemas encontram “solução” no êxodo – banalizado – de sua população, ainda remanescente, para as cidades; a redução da população é percebida como um sinal de progresso, de que seriam exemplo as nações desenvolvidas.

De acordo com Queiroz (1976), as reflexões acerca do rural e do urbano no Brasil, tiveram forte influência dos estudos rurais decorridos na Europa, no final do século XIX. Estudiosos brasileiros, também no fim deste século, apontavam para a existência de um meio rural essencialmente diferenciado do meio urbano. A autora destaca que na Europa esta heterogeneidade (rural-urbano) se dava, fortemente, pelo intenso processo de revolução industrial, fenômeno que até então não ocorrera no Brasil. Contudo, esta heterogeneidade passa a apontar a existência de duas sociedades globais, denotando uma dicotomia urbano-rural.

Nas discussões acerca da dicotomia urbano-rural, duas posições extremas compreendem esse debate: A da **completa urbanização**, formulada pelo sociólogo e filósofo Henri Lefebvre, na década de 1970; e a do **renascimento rural**, estabelecida pelo geógrafo e sociólogo Bernard Kayser, em 1972. Ambas as hipóteses influenciaram fortemente diversos estudos no século XX.

A hipótese da completa urbanização está relacionada ao surgimento de uma sociedade urbana, resultante de uma urbanização completa, proveniente do processo de industrialização (“sociedade pós-industrial”). A sociedade contemporânea estaria passando por uma fase de desenvolvimento e transformações (em decorrência de uma “revolução urbana”), onde predominaria a questão urbana. Esse processo seria capaz de dominar e absorver a sociedade

agrária; Em contrapartida, Kayser, observando o debate a respeito de uma nova “tendência demográfica” (contrária ao chamado “êxodo rural”) que se apresentava evidente nos anos 70, considera que este fato não poderia ser compreendido como algo “superficial ou passageiro”, muito menos “acidental ou localizado”, mas sim, como um fenômeno social, que implicaria num renascimento do rural (VEIGA, 2004). Neste sentido:

O repovoamento, os modos de vida, a recomposição da sociedade em vilarejo (*villageoise*), as atividades não-agrícolas, as políticas de ordenamento, a políticas de desenvolvimento local, e as práticas culturais estariam mostrando que a dimensão demográfica seria apenas um indicador do que já estava ocorrendo nos países desenvolvidos: um renascimento rural (VEIGA, 2004, p. 53, grifo do autor).

No entanto, mediante o processo de globalização as duas hipóteses apresentadas anteriormente – Lefebvre (1970) e Kayser (1972) – foram questionadas e refutadas. Uma minuciosa revisão dos estudos científicos, bem como da observação das mudanças institucionais (políticas públicas), fez emergir “o caminho do meio”. Surge, assim, a formulação de uma terceira hipótese, onde Veiga (2004, p. 58, grifo do autor) aponta que: “*o mais completo triunfo da urbanidade engendra a valorização de uma ruralidade que não está renascendo, e sim nascendo*”. Esta terceira hipótese aponta um fortalecimento da ruralidade. Os espaços rurais se tornaram locais atrativos para os cidadãos. Este fato demonstra que o surgimento da sociedade pós-industrial, proposta por Lefebvre, reanimou a ruralidade por meio de uma transformação, e não pelo renascimento como propôs Kayser (VEIGA, 2004).

Neste sentido, Veiga (2004) constata que o possível equívoco de Lefebvre foi ter resumido o rural apenas ao agrário, ao propor em sua hipótese o desaparecimento da sociedade agrária. Desse modo, Lefebvre não levou em conta que a ruralidade não deve ser resumida apenas às relações sociais que envolvem as atividades agropecuárias. Esta ruralidade que se apresenta é um fenômeno completamente novo e “pouco tem a ver com o passado”. Muito menos se encaminha (mediante o processo de globalização) a apenas um destino, mas, sim, a diversos destinos. Assim, a hipótese do “renascimento” formulado por Kayser não demonstra ser apropriada, visto as diferenças substanciais dessa “nova” ruralidade que “nasce” junto com a sociedade pós-industrial.

Outros aspectos tornaram-se objeto de observação por diversos(as) pesquisadores(as) que se mostraram empenhados(as) em refletir e analisar como se promoveu a produção desses espaços e suas inter-relações. Nesta continuidade, buscaram também delinear quais seriam as

principais diferenças entre o rural e o urbano, o campo e a cidade.<sup>8</sup>. A respeito disso Ferreira assinala que:

[...] quando se pretende entender como e em que medida os aspectos do rural, presentes no urbano, podem significar complementaridades espaciais, é preciso que se tenha em mente que, embora a delimitação pura destes espaços não seja necessária, deve-se ter clareza do que significam cada um deles, as suas formas, as suas estruturas e as suas funções. Só assim, poder-se-á apreender os processos de suas diferenciações e, por conseguinte, de suas complementaridades (FERREIRA, 2009, p. 46).

O geógrafo francês, Dollfus (1991), por exemplo, apresenta uma caracterização clássica do rural e do urbano, baseado nos critérios funcionais e morfológicos de ambas as paisagens. De acordo com o autor:

Caracteriza-se cada um desses espaços por uma fisionomia própria, por ritmos de atividade, por densidades humanas e por fluxos diferentes. Nas sociedades industriais, entretanto as fronteiras entre o espaço rural e o espaço urbano tendem a ir se tornando cada vez menos precisas e mais flutuantes. Imprecisas, pois é difícil fornecer uma definição ao mesmo tempo exata e completa de cada um dos espaços, e movediças pois o espaço urbano vai crescendo às expensas do espaço rural. O espaço urbano deixou de constituir uma pontual para estender-se em manchas criadas pela urbanização, urbanização essa que vai levando para os campos equipamentos e modalidades de consumo análogos aos das cidades, se vai estendendo pelas regiões rurais cujas condições de vida estão sofrendo uma transformação profunda (DOLLFUS, 1991, p. 69).

Dollfus (1991) aponta que o espaço rural (ou campo) é caracterizado principalmente pelo domínio das atividades agrícolas e pastoris, não excluindo a possibilidade de outras atividades e utilização do território (local de moradia, descanso, lazer, etc.). O espaço agrícola possui dimensões extensas e sua aparência geográfica está relacionada diretamente às condições climáticas (estações de seca, de umidade ou frio), estas, “ditam” o ritmo das atividades locais. Ainda com relação ao espaço rural, aponta que:

[...] é um espaço tutelado, largamente subvencionado, mutilado eventualmente pela urbanização responsável pela degradação de algumas de suas partes situadas nas proximidades das grandes aglomerações; [...] A sociedade que ocupa o espaço rural é muito menos diferenciada, do ponto de vista profissional, que a sociedade urbana. O nível de vida médio e o padrão de consumo dos indivíduos são ali inferiores aos dos habitantes das cidades [...] Esta circunstância tem várias explicações: primeiro, porque a população rural é, em parte, agrícola, e a população agrícola, considerada globalmente, é pobre [...]; além disso, a população rural é frequentemente envelhecida e comporta uma importante fração de aposentados [...]; em terceiro lugar, porque as remunerações mais elevadas e os rendimentos mais significativos concentram-se nas cidades. Não obstante, a população rural aspira aos benefícios dos serviços básicos, à semelhança do que ocorre com os habitantes das cidades. Este anseio por uma paridade leva à urbanização dos campos (DOLLFUS, 1991, p. 77-78).

---

<sup>8</sup> Neste sentido ver, também, por exemplo: SOROKIN, Pitirim A.; ZIMMERMAN, Carlo C.; GALPIN, Charles J.; Diferenças Fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. 2. Ed. São Paulo: Hucitec, 1986. Cap. 8, (Estudos Rurais).

Nesta perspectiva, Ferreira (2009) ressalta que, embora os critérios funcionais apontem as particularidades espaciais, é importante observar a complexidade do espaço rural para além dos aspectos dicotômicos de sua fisionomia e de sua atividade econômica, sobretudo, como estando vinculado apenas as atividades agropecuárias. Assim, nos dias atuais, já é possível observar a multifuncionalidade dos espaços rurais (descanso, lazer, dentre outros), rompendo com a ideia de isolamento de sua população. Contudo esta multifuncionalidade não exclui as peculiaridades do meio rural em seus conteúdos, funções, estruturas e processos, sendo estas tradicionalmente diferenciadas do meio urbano.

Por sua vez o espaço urbano – território ocupado pelas cidades, onde se assentam as atividades essenciais da população – são áreas constituídas por redes urbanas: ruas, construções, indústrias, transporte, entre outras disposições que estão ao alcance de seus habitantes, os cidadãos. Ou seja, em grande medida, a cidade é subentendida a partir de uma aglomeração constante, por uma forte tessitura de construções, pelas confluências de redes, pelos seus equipamentos, funções administrativas e políticas, que estão à sua disposição e das populações circunvizinhas (DOLLFUS, 1991). Nessa perspectiva, Dollfus (1991, p. 80-82, grifo do autor) reforça que:

Dentro de sua diversidade, o espaço urbano é susceptível de ser definido quase que em toda parte do mundo por um certo número de dados. Caracteriza-se pela concentração do *habitat* numa área limitada e com freqüente acúmulo da população em imóveis de diversos andares. É um espaço completamente equipado que, devido à forte densidade das instalações e da pronunciada concorrência para a utilização do terreno, atinge um preço muito elevado; esta circunstância, devido às exigências da rentabilidade, leva a concentração de atividades altamente produtivas por metro quadrado. Nele se desenvolvem atividades muito densas. Suas transformações se tornam muito mais delicadas e onerosas que as efetuadas no espaço rural, não somente em razão do alto custo do terreno como também por causa da densidade dos fluxos operados numa superfície exígua [...] É nas cidades que se realiza a maior parte das atividades terciárias, isto é, do comércio, da administração, dos serviços em geral, assim como a das atividades secundárias, isto é, industriais. Isto leva muito naturalmente a atribuir às cidades o poder de comando e de direção sobre suas adjacências rurais. O poder econômico das cidades é muito superior à simples concentração da população.

Até a segunda metade do século XIX, ou mesmo no século XX, essa distinção entre o espaço urbano e o espaço rural, bem como a sociedade da cidade e do campo, era facilmente perceptível. Contudo, a partir da intensificação das dinâmicas territoriais e sociais, como: o gradual aumento dos ajuntamentos, o ingresso físico da urbanização no campo, as relações de troca entre campo e cidade, principalmente nas sociedades industriais, vão tornar as distinções entre esses dois espaços algo cada vez mais difícil de ser estabelecido (DOLLFUS, 1991). Neste sentido, o autor faz menção ao geógrafo Derruau, ao afirmar que: “[...] embora a noção

de cidade pareça clara para todos, é difícil defini-la em termos ao mesmo tempo precisos e que cubram toda a imensa variedade de aglomerações consideradas urbanas” (Dollfus, 1991, p. 79).

Em documento recente o IBGE (2017), salienta a preocupação e a dificuldade em delimitar oficialmente as zonas rurais e urbanas no território nacional. A razão deste impasse se confere, sobretudo, pela própria dinâmica econômica e social que alteram, de maneira profunda e constante, a configuração espacial. Com isso, a legislação não consegue acompanhar em tempo hábil as novas estruturas territoriais, a distribuição espacial da população e suas atividades econômicas.

No Brasil, o Decreto Lei n.º 311/1938 dispõe a respeito da divisão territorial do país. Ou seja, estabelece, dentre outros aspectos, a diferenciação entre o espaço urbano e o espaço rural (bem como a sua população) mediante critérios político-administrativos. A partir desta lei, todos os distritos-sede de municípios passaram a ser classificados como cidades, as vilas passaram a ser sede dos distritos e o que estiver fora dessa demarcação corresponde ao rural. Ficando a cargo dos municípios instituírem as diferenças e os limites de seu perímetro urbano das áreas rurais (IBGE, 2017). Nas cidades estão localizadas as prefeituras, sede do governo municipal.

Neste cenário, é possível observar nestas duas formas espaciais e sociais, contornos impregnados de elementos que lhes são comuns. Pois,

[...] quando se pretende pensar as relações urbano-rurais, na atualidade, não se deve perder de vista que as dinâmicas sócio-espaciais são dialéticas e solidárias e que a tarefa de definir os espaços rurais e urbanos, ou até mesmo de delimitá-los, tornou-se uma tarefa obsoleta para o planejamento e para o debate no âmbito das ciências sociais (FERREIRA, 2009, p. 44).

Com isso, é possível refletir que as relações urbano-rurais na contemporaneidade se estabelecem numa correspondência mútua, num vínculo de diálogo e reciprocidade. Sendo assim, é possível evidenciar elementos que apontem uma integração do urbano com o rural (e vice-versa). Uma primeira aproximação visual do urbano com o rural, de acordo com Ferreira (2009), está na presença de aspectos peculiares de cada um desses espaços, contidos em ambos; ou seja, referências do rural no urbano e do urbano no rural. Esse encontro ou vínculo está pautado num contexto de complementaridade entre esses espaços. Isto, tendo em vista que:

Ainda que o rural permaneça nas sociedades modernas como um espaço específico e diferenciado, essas particularidades são notadamente históricas, sociais, culturais e ecológicas, como afirma Wanderley (1997). Ou seja, nos dias atuais, o rural,

integrando-se ao urbano, ganha significações específicas, sem, contudo perder alguns de seus atributos anteriores. Levando em conta que no plano econômico, o urbano detém o comando, o que, por sua vez, vai interferir na forma e na estrutura do rural, as diferenciações entre esses dois espaços são manifestas, sobretudo, nos planos sócio-cultural e sócio-ambiental (FERREIRA, 2009, p. 49).

A discussão a cerca da “nova” ruralidade fortalece esta percepção na medida em que esta temática está relacionada à articulação do urbano com o rural, a partir de práticas e atividades reconhecidas como do “mundo rural”. Este “novo” rural constituiu-se na década de 1980, mediante o processo capitalista modernizador sobre o campo e que motivou diversas transformações nesse espaço. Portanto é importante salientar que: “Não se pode falar em ruralidade em geral; ela se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos” (CARNEIRO, 1998, p. 53).

As transformações que ocorreram nas comunidades rurais, a partir da intensificação das trocas com o mundo urbano (pessoais, materiais, simbólicas, etc.), não provocaram uma ruptura súbita de características que eram distintas de ambos os sistemas sociais e culturais (hábitos, costumes, etc.). Estas mudanças, quando ocorreram, se deram de maneira gradual a partir dos interesses dos sujeitos e do contexto em que estão inseridos. Estas novas experiências, motivadas pelas trocas, contribuiu, inclusive, para uma maior diversidade social e cultural, ampliando as redes de relações sociais (heterogeneidade social) (CARNEIRO, 1998).

A discussão a cerca do novo rural, no Brasil contemporâneo, pode ser refletido a partir de dois fenômenos que foram observados em alguns espaços rurais brasileiro: Por meio da (1) pluriatividade/multifuncionalidade do rural – caracterizada pela presença de outras atividades no campo, não apenas a agrícola, instituindo novas formas de organização do trabalho, fontes de rendimento e reorganização/resignificação da atividade agrícola; e, (2) pelo crescente interesse dos cidadãos pelo campo, em busca de lazer, contato com a natureza, qualidade de vida, moradia, etc. (CARNEIRO, 1998). Estes fenômenos, dentre outros efeitos, fortalece uma relação de integração entre estes sistemas sociais e culturais distintos. Assim, essas práticas:

[...] transformam o “campo” – como categoria genérica – em um lugar de vida, mais que um espaço de produção agrícola (Mendras, 1988), o que certamente contribuiu para a formulação de abordagens críticas à visão dualista que opunha o “rural” ao “urbano” como duas realidades empiricamente distintas e normalmente definidas uma em negação da outra, com base em critérios meramente descritivos informados pelo paradigma que associa o “rural” ao agrícola e ao “atrasado” e o “urbano” ao industrial e ao “moderno”. É a partir do desenvolvimento do capitalismo na agricultura concomitante à interiorização das indústrias e à modernização da sociedade urbana e

rural que a teoria da urbanização passa a ser formulada, colocando a ênfase na integração dos dois espaços através das trocas cada vez mais intensas entre a sociedade urbano-industrial e as pequenas aldeias rurais (CARNEIRO, 1998, p. 57, grifo da autora).

Contudo, Carneiro destaca ainda que:

[...] não podemos entender a ruralidade hoje somente a partir da penetração dos mundos urbano-industrial no que era definido tradicionalmente como “rural”, mas também do consumo pela sociedade urbano-industrial, de bens simbólicos e materiais (a natureza como valor e os produtos “naturais”, por exemplo) e de práticas culturais que são reconhecidas como sendo próprios do chamado mundo rural. Nesse sentido, importa mais do que tentarmos redefinir as fronteiras entre o “rural” e o “urbano”, ou simplesmente ignorar as diferenças culturais contidas nessas representações sociais, buscar, a partir do ponto de vista dos agentes sociais, os significados das práticas sociais que operacionalizam essa interação e que proliferam tanto no campo como nos grandes centros urbanos [...] (CARNEIRO, 1998, p. 59, grifo da autora).

Neste sentido, Carneiro (1998) aponta a importância, a nível sociológico, de focar determinada análise sobre os atores sociais que estão envolvidos nesse processo, para melhor compreender esta interação campo-cidade, a partir das dinâmicas e de suas práticas sociais. Nesta perspectiva, Medeiros (2017, p. 182) compreende a ruralidade,

[...] como um modo de vida, como uma sociabilidade que é pertinente ao mundo rural, com relações internas específicas e diversas do modo de viver urbano. A ruralidade sugere uma gama considerável de imagens quando é pensada, quando é discutida. Ruralidade é uma construção social contextualizada, com uma natureza reflexiva, ou seja, ela é o resultado de ações dos sujeitos que internalizam e externalizam através dessas ações a sua condição sociocultural presente que é reflexo da condição herdada de seus antepassados. Nesta ruralidade está expressa a capacidade destes sujeitos de se adaptarem às novas condições resultantes das influências externas.

Portanto, refletir a cerca da ruralidade, tendo como referência o (re)conhecimento do rural a partir de suas especificidades (território, identidades, símbolos, etc.), nos ajuda a compreender e fortalecer uma percepção de integração e complementaridade entre o rural e o urbano, na medida em que compreendemos as diversas interações e trocas (sociais, econômicas, culturais, materiais, etc.), realizadas entre os agentes sociais destes ambientes.

### **2.3. Agricultura Urbana**

Como já apontado neste estudo, o rápido crescimento das cidades, motivado pela intensificação do processo de urbanização, provocou profundas mudanças nos espaços

geográficos e na sociedade brasileira. Este fenômeno se configura um importante elemento, na compreensão da formação e estabelecimento de espaços produtivos na cidade.

O processo de urbanização, centrado numa lógica de desenvolvimento hegemônico, contribuiu para a expulsão de milhões de pessoas das áreas rurais. Muitos trabalhadores(as) rurais, sem acesso a terra para produzir, seguiram para as grandes capitais em busca de melhores condições de vida e trabalho, e foram vítimas de um vasto cenário de precariedade e exclusão social. Contudo, mesmo em condições adversas, muitos destes trabalhadores(as) que migraram do campo mantiveram suas atividades produtivas na cidade, em quintais, lotes, chácaras e sítios que resistiram à urbanização (SUBSÍDIO para..., 2015).

Dambrós e Miorin (2011) observam que estas populações oriundas das áreas rurais e que hoje residem nas áreas periféricas das cidades, conservam um modo de vida e características peculiares de seu local de origem. Portanto, esta atividade produtiva, reconhecida por muitos como essencialmente do campo, tornou-se expressiva no contexto das cidades, garantindo tanto a renda (a partir da comercialização da produção), como também, o autoconsumo das famílias envolvidas na atividade agrícola.

Neste cenário, de aumento populacional e acelerado ritmo de urbanização, é possível evidenciar uma série de desafios que se apresentam à humanidade, como: a falta de acesso à moradia digna, a escassez de alimentos, o aumento do desemprego e da pobreza, etc. Nesta conjuntura, instituições nacionais e internacionais, como por exemplo: o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), o Centro de Recursos para Agricultura Urbana e Segurança Alimentar (RUAF Foundation), dentre outros estabelecimentos, vem por meio de pesquisas e ações, contribuindo para a mitigação destes problemas sociais mundiais.

Embora a atividade agrícola seja exercida nas cidades desde sua formação, o conceito de Agricultura Urbana (AU) ainda é um objeto em construção. Nele se busca abranger uma diversidade de atividades agropecuárias realizadas tanto em áreas centrais da cidade (agricultura intraurbana), como em áreas do seu entorno ou periféricas (agricultura periurbana). No entanto, sua prática se faz presente nos espaços urbanos contemporâneos no contexto mundial.

No Brasil, em 2007, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) apresentou um documento intitulado *Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para a sua promoção*, onde expõe uma pesquisa sobre

iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) em 11 regiões metropolitanas brasileiras. Esta iniciativa constitui uma primeira pesquisa institucional, a nível federal, a respeito do tema.

Nela, Santandreu e Lovo (2007, p. 11, grifo dos autores) sistematizaram a AUP, como:

[...] um conceito **multi dimensional** que inclui a **produção**, a **transformação** e a **prestação de serviços**, de forma segura, para gerar **produtos agrícolas** (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivadas ou advindas do agro extrativismo, etc.) e **pecuários** (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados ao **auto consumo, trocas e doações** ou **comercialização, (re) aproveitando-se**, de forma eficiente e sustentável, os **recursos e insumos locais** (solo, água, resíduos, mão-de-obra, saberes etc.) [...] Essas atividades devem pautar-se pelo **respeito aos saberes e conhecimentos locais**, pela **promoção da equidade de gênero** através do uso de **tecnologias apropriadas e processos participativos** [...]

A partir deste conceito é importante destacar que, embora haja um fortalecimento da AUP baseada nos princípios ecológicos, ou da própria Agroecologia, é possível refletir que a prática “sustentável” não representa, em sua totalidade, todo o conjunto de experiências de AUP. Neste sentido, convém retratar um conceito que seja capaz de abranger, de maneira mais genérica, as experiências de agricultura nos espaços urbanos.

Ferreira e Castilho (2007), por exemplo, compreendem o conceito de AU observando que há uma diversidade de interpretações quanto à realidade desta atividade. Com isso, atentam para a necessidade de observar as especificidades de cada lugar, haja vistas, a heterogeneidade dos espaços geográficos e as relações humanas e sociais. A partir desta consideração os autores compreendem a AU:

[...] como sendo uma atividade social de cultivo, produção e processamento de artigos alimentícios ou não alimentícios, praticada nos espaços intra- e/ou peri-urbanos; utilizando-se e disponibilizando os recursos humanos e materiais do, para e por meio do espaço urbano (FERREIRA E CASTILHO, 2007, p. 11).

A AUP se caracteriza, também, como uma prática social de enfrentamento ao modelo atual de desenvolvimento hegemônico das cidades. Ela propõe novas alternativas estruturais na ocupação e uso dos solos urbanos, reivindicando mudanças no planejamento e gestão territorial que se apresenta predominante nas cidades. Diante disso, a AUP pode ser uma relevante estratégia no combate a miséria, a pobreza urbana e a insegurança alimentar (SUBSÍDIO para..., 2015).

Assim, a prática da AUP desempenha importantes funções nos aspectos sociais, econômicos, ambientais, culturais e políticos. Sua dinâmica é capaz de promover nos espaços

urbanos: engajamento social, laços de proximidade, abastecimento local, segurança alimentar, promoção de lazer e cultura, preservação ambiental, geração de trabalho e renda, etc.

É possível compreender a prática da AUP em suas múltiplas possibilidades e formas. Quanto aos locais de prática (SUBSÍDIO para..., 2015, p. 03-04):

[...] pratica-se AUP em residências, quintais, lajes, terraços, telhados, lotes, chácaras, sítios, terrenos baldios, laterais de estrada, ruas, e áreas públicas não ocupadas por residências ou outros equipamentos urbanos tradicionais. Também é comum em ambientes coletivos, tais como escolas, creches, asilos, penitenciárias, centros de saúde, associações, enfim instituições públicas ou privadas, nas quais se registram a existência de hortas comunitárias, jardins e pomares urbanos, corredores verdes ecológicos, sistemas florestais urbanos, dentre outros.

Neste contexto, Mougeot (2000) examina o fenômeno da AU se baseando em suas definições mais usuais, e a partir disso esquematiza um quadro apontando seis fatores determinantes e que devem ser observados no intuito de contribuir na conceituação/definição de AU (Figura 10).

Figura 10 – Esquema elaborado por Mougeot evidenciando seis determinantes para analisar a Agricultura Urbana



Fonte: Mougeot (2000)

À dimensão da *atividade econômica* faz referência a atividade produtiva, incluindo nela, o processamento e a comercialização, bem como a interação entre estas fases. Outro elemento comum citado nas definições de AU diz respeito à sua *localização*, ou seja, os locais onde esta atividade é praticada, sendo assim, em espaços diferenciados entre intraurbanos ou

periurbanos. Com relação aos *tipos de áreas* onde a AU pode ser praticada: terrenos baldios, lotes, residenciais, áreas arrendadas, etc. No que tange a *escala e sistemas de produção* geralmente são reduzidos, mas podendo variar. As definições acerca dos *tipos de produtos* integram a produção de alimentos para consumo humano ou animal, criação animal e produtos não alimentícios. Por fim, as definições acerca da AU incluem, também, a *destinação dos produtos*, sendo tanto para o auto-consumo, a comercialização ou ambos ao mesmo tempo. Todas estas definições podem ser aplicadas a agricultura rural, com exceção da “localização”. No entanto o critério da localização não se configura uma característica suficiente para diferenciar a AU da agricultura rural (MOUGEOT, 2000).

É importante ainda destacar que a atividade agrícola, no contexto das cidades, adquire características do modo de vida urbano sujeita a novas interpretações. Assim, se faz necessário compreender a existência de particularidades desta atividade, quando integrada ao sistema urbano. Mougeot (2000) faz uma reflexão a respeito dos sistemas produtivos agrícolas nas cidades, apontando, além de sua relevância e suas múltiplas dimensões, como esta atividade se encontra inserida no sistema urbano. Nesse contexto, aponta como uma característica intrínseca da AU o fato dela estar integrada ao sistema econômico e ecológico urbano. De acordo com o autor:

A característica principal da agricultura urbana, que a distingue decisivamente, é a sua integração no sistema econômico e ecológico urbano (que será chamado a seguir de “ecossistema” urbano). [...] Não é a localização, urbana, que distingue a AU da agricultura rural, e sim o fato de que ela está integrada e interage com o ecossistema urbano. Essa integração com o ecossistema urbano não é captada na maioria das definições do conceito de AU, e menos ainda é desenvolvida em termos operacionais. Ainda que a natureza das concentrações urbanas e de seus sistemas de abastecimento de alimentos tenha mudado, a necessidade da AU de interagir adequadamente com o resto da cidade, por um lado, e com a produção rural e as importações, por outro, continua sendo tão decisiva hoje como era a milhares de anos (MOUGEOT, 2000, p. 04-05, grifo do autor).

Nesse processo é possível observar e apontar a AU como um importante elemento de integração e complementaridade entre o espaço rural e urbano. Ferreira e Castilho (2007) apontam que a AU a partir de suas “engrenagens” é capaz de permitir a realização de “fluxos” entre o rural e o urbano, evidenciando nesta dinâmica intensas relações entre estes espaços. Ferreira afirma que:

O espaço urbano e o rural sempre funcionaram, e ainda funcionam, complementando-se. Esta complementaridade existe na medida em que o processo de reprodução de cada um destes espaços acontece de maneira conexas, ou seja, ambos funcionam de forma associada, mantendo entre si relativa vinculação. Nesse sentido, o processo de globalização vigente, atualmente, no mundo, é um fator que, em certa medida, acentua esta complementaridade (FERREIRA, 2009, p. 60)

Neste contexto de integração e complementaridade, fluxos e engrenagens, é importante considerar as redes de conhecimento que se encontram presentes nas diversas expressões de AU e que se realizam a partir das múltiplas trocas de saberes, conformando e fortalecendo as relações entre os espaços rurais e urbanos.

No entanto é pertinente observar em que medida ocorre esta relação dialética e complementar, entre o rural e o urbano, compreendendo o papel da AU nesse processo integrativo. Para isso é importante reconhecer os constantes processos históricos de exploração da cidade sobre o campo, motivado pela lógica capitalista de acumulação (excedentes alimentares, mão-de-obra, emigração, matéria-prima, etc.) no intuito de garantir a reprodução dos sistemas sociais urbanos. Neste sentido é incontestável que há uma oposição entre estes espaços (FERREIRA, 2009).

Esta relação de integração entre a agricultura e o ecossistema urbano, se estabelece, como aponta Mougeot (2000), baseado nos estudos do CIRAD (Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento), na medida em que “a AU complementa a agricultura rural em termos de autoconsumo, fluxos de comercialização e fluxos de abastecimento do mercado” (2000, p. 05).

Nessa perspectiva:

Não se pode, pois, mais pensar o espaço rural e o espaço urbano como isolados, ou dicotômicos. Atualmente, há de se pensar numa relação complementar, ou seja, um *continuum* [...] É preciso que atentemos para as dimensões, às vezes pouco claras, das relações rural-urbanas e isto será muito mais profícuo do que nos limitarmos a defender a hegemonia de um ou de outro pólo submetendo outra área à sua hegemonia [...] Portanto falar em complementaridades rural-urbanas não significa, necessariamente, discorrer sobre equidade da “troca de recursos” entre os espaços; mas também é fazer referência à interação entre estruturas, funções e formas espaciais, e é nesse sentido que acreditamos haver, processualmente, complementaridade entre o rural e o urbano, quer seja, também, entre a agricultura e a cidade. Neste sentido a agricultura urbana assume papel importante no processo de desenvolvimento dos espaços. (FERREIRA, 2009, p. 60-61, grifo do autor).

Uma carta política elaborada no I Encontro Nacional de Agricultura Urbana (ENAU) realizado em 2015, no Rio de Janeiro, registrou uma grande diversidade de experiências em instalações pedagógicas onde se encontravam presentes pessoas das cinco regiões do Brasil. Nesta carta foi registrada a dimensão da AU como uma atividade que propõe a convergência dos mais variados movimentos (de moradia, de mulheres, agroecológicos, etc) que lutam por “uma cidade justa, sustentável e construída cotidianamente pelas pessoas buscando mitigar as dicotomias entre o rural e o urbano e garantir a apropriação da cidade pela população” (2015, p.01).

Esta atividade, representada pelos sujeitos que a praticam, bem como os movimentos que interagem com ela, reivindicam dos governos municipais, estaduais e federais, políticas públicas que respeitem e promovam estes espaços produtivos na cidade. São espaços que acolhem múltiplos saberes e que envolve relações de reciprocidade com o território. Portanto é imprescindível políticas de inclusão social dos seus atores, reconhecendo o seu protagonismo na cidade, perante a sociedade.

Apesar dos diversos estudos realizados por pesquisadores das mais variadas ciências, é importante considerar que as definições acerca da AU se encontram em constante (re)construção, visto as dinâmicas sociais, territoriais, políticas, dentre outras.

#### **2.4. Os Sistemas Locais de Conhecimento**

Compreender as condições e as relações sociais de produção e transmissão do “conhecimento” configura-se um importante elemento para refletir e interpretar a construção das diferentes “realidades” manifesta no mundo social. Deste modo é fundamental considerar a existência das múltiplas formas de conhecimento humano, que se encontram em constante fluxo na sociedade e em diferentes níveis. Neste debate a sociologia do conhecimento toma lugar de destaque.

Para Berger e Lukmann (2004), esta ciência deve ocupar-se em analisar os processos pelos quais dadas realidades ocorrem, bem como, observar tudo aquilo que se passa por conhecimento em uma sociedade, seja este considerado como válido ou não. Assim, a sociologia do conhecimento corresponde à análise da construção social da realidade.

Almeida (2005, p. 63) afirma que: “Para compreender o conhecimento como um produto da atividade humana, é preciso ter em mente que ele se desenvolve, se transmite e se mantém em situações sociais. Desta forma, deve-se procurar compreender o processo no qual estas situações se realizam”. Com isso, verifica-se a importância de examinar um conjunto de elementos no qual os indivíduos estão sujeitos em sua vida cotidiana, no qual podem ou não influenciar na forma como estes apreendem a realidade social em que vivem e o transformam a sua maneira.

Nesta dinâmica social em que se apresentam as múltiplas formas de realidade, o conhecimento originado do senso comum representa algo bastante valioso. É a partir dele que podemos compreender o que os indivíduos “conhecem” como “realidade” em sua vida cotidiana. Esse “conhecimento” é dotado de significados e constitui o tecido social, no qual,

permite ao indivíduo ter controle sobre a realidade em que vivem. Sem ele nenhuma sociedade poderia existir (BERGER e LUKCMANN, 2004).

Os variados conhecimentos que envolvem a prática agrícola permitiram os seres humanos se fixarem a terra, a semear e produzir alimentos, a adaptar-se a uma realidade local, a obter meios de subsistência por meio das inúmeras tecnologias. Neste processo, torna-se fundamental compreender como se origina, se perpassa e se realiza o “conhecimento de mundo” do agricultor(a) e a maneira com ele(a) aplica este saber na atividade agrícola, considerando sua percepção do espaço em que realiza sua atividade.

O conhecimento acerca da atividade agropecuária, em meados do século XX, passou por um intenso processo de institucionalização, baseado numa racionalidade econômica (visando lucro e alta produtividade), estimulados por programas estatais de extensão rural difusionista. Caporal (1991) aponta que a extensão rural vem desenvolvendo atividades de transferência de informações técnicas na agropecuária, para o desenvolvimento capitalista-industrial da agricultura.

De acordo com Santin (2005) os danos do modelo difusionista, gerados à agricultura familiar, nas últimas décadas do referido século, proporcionou estudos mais aprofundados com relação aos sistemas de inovações agropecuárias locais. Assim, estudos que faziam críticas ao modelo desenvolvimentista de agricultura, incentivaram as investigações acerca dos Sistemas Locais de Conhecimento.

De acordo com Sabourin (2002, apud SANTIN, 2005, p. 67) no Brasil os estudos que envolvem os Sistemas Locais de Conhecimento compreendem pesquisadores de organismos públicos, como o Embrapa-Cirad e ONGs como a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)<sup>9</sup>, com forte atuação na Região Nordeste. Estas pesquisas colaboram para a gestão da informação, ao caracterizar as fontes e os fluxos de conhecimento e informações de inovações.

Os Sistemas Locais de Conhecimento estão relacionados ao processo de construção do saber local. Nesta perspectiva compreende-se que o conhecimento pode ser construído a partir da “articulação de atores, redes e/ou organizações”, em sinergia, em prol de determinada atividade humana. Essa coesão é capaz de promover benefícios na relação

---

<sup>9</sup> A AS-PTA é uma organização não-governamental dedicada ao fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável no Brasil, com sede no Rio de Janeiro e atuação nesta mesma cidade, além da Paraíba e Paraná.

conhecimento/ambiente. O conhecimento, neste processo, é compreendido como uma atividade ou construção social. (RÖLLING, 1992 apud SABOURIN, 2001, p. 37).

A dimensão social, no sistema local de conhecimento, pode ser também evidenciada por meio dos processos de aprendizagem coletiva, das experiências, vivências e comportamentos dos sujeitos. March e Simon (1971) e Reynaud (1993), conforme citado por Sabourin (2001, p. 38), apontam que: “Neste sentido, tem a ver com os conhecimentos >>coletivizados>> que os indivíduos mobilizam por meio de experiências coletivas, ou seja, por meio da ação (*learning by doing*) ou da organização, e segundo uma racionalidade de tipo procedural”

De acordo com Santin (2005, p. 67):

Esse enfoque permite compreender que o desenvolvimento agrícola não se fundamenta somente no conhecimento técnico e na difusão de tecnologias, mas sim no reconhecimento dos Sistemas Locais de Conhecimento – SLC. Tais sistemas permitem que as inovações sejam avaliadas, adaptadas e adotadas pelos agricultores. Identificar os sistemas de normas locais, sua variabilidade e principais condicionantes, e reconhecer a importância destes aspectos na dinâmica sociopolítica e produtiva local, torna-se assim uma ferramenta necessária, ainda que não única, no desenho de estratégias de intervenção institucional dirigidas ao fortalecimento das iniciativas endógenas de desenvolvimento territorial sustentável.

De acordo com Sabourin (2009, p. 201) a relação entre os agricultores e os diversos atores sociais e institucionais a nível local é capaz de produzir “fluxos de informações, saberes e práticas acerca da produção agrícola, mais ou menos densos e ordenados”. Este ambiente comunicativo em que se acionam os processos de aprendizagem, provenientes das relações sociais se produz num “espaço sociotécnico”. Sabourin define o espaço sociotécnico,

[...] como *lócus*, ou seja, o lugar e as circunstâncias que servem de suporte privilegiado para os encontros entre aqueles atores sociais que mantêm elos de proximidade de densidade suficiente para poder falar e realizar intercâmbios sobre assuntos e objetos técnicos vinculados a seu trabalho (SABOURIN, 2009, p. 201, grifo do autor)

A partir dos estudos e experimentos de Sabourin na agricultura familiar da Paraíba é possível observar que as redes sociotécnicas de conhecimento propõem uma série de metodologias e procedimentos, participativos e interativos, capaz de evidenciar, sistematizar e representar como se dão os saberes locais. Por meio das redes sociotécnicas ou Sistemas Locais de Conhecimento é possível refletir a respeito do desenvolvimento local, constituindo informações e noções relevantes para agricultores, técnicos, pesquisadores, e agentes

municipais (SABOURIN, 2001). Neste estudo, analisamos a relação rural-urbano á partir das redes sociotécnicas de agricultores(as) urbanos(as) do Recife.

Os passos metodológicos, para a compreensão de como se constitui um determinado Sistema Local de Conhecimento (SLC), devem estar diretamente relacionados aos atores, da comunidade em estudo. Podem ser levantadas informações a respeito da: construção coletiva da trajetória local, identificação da origem do grupo, inovações locais, identificação dos espaços e redes de comunicações com a localidade (internas e externas), de como se dão as relações de ajuda e diálogo, e etc. O levantamento dessas informações é importante para analisar, por exemplo, o desenvolvimento local, o nível dos processos de inovação, o papel dos atores envolvidos na pesquisa, bem como, suas organizações e instituições técnicas, as mudanças sociais do grupo, e etc. (SABOURIN, 2001). Ainda a respeito da importância da construção de um espaço sociotécnico local, Sabourin expõe que:

Os agricultores – e os diversos atores com os quais estão se relacionando em nível local – mantêm uma série de intercâmbios, fluxos de informação e de práticas, mais ou menos densos ou estruturados [...] essas relações são intensas e estruturadas (ou seja, não são frutos de encontros casuais [...]) O interesse da identificação desse espaço de conhecimento consiste em poder valorizar e utilizá-lo, ativando as redes de comunicação já existentes para introduzir ou adaptar inovações e informações. (SABOURIN, 2001, 42-43)

Os Sistemas Locais de Conhecimento podem ser também identificados, mapeados e qualificados por meio de entrevistas participativas, individuais e coletivas, gerando um processo de interatividade. Nesta ação podem ser verificadas a densidade de relações complexas, como as sociais, afetivas, culturais, com o cotidiano, de interconhecimento, de reciprocidade, dentre outras (SABOURIN, 2001).

### **CAPÍTULO 3 – OS SISTEMAS LOCAIS DE CONHECIMENTO: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO SABER DOS(AS) AGRICULTORES(AS) NUM ESPAÇO DE AGRICULTURA URBANA EM RECIFE/PE**

---

Neste capítulo, se expressam os resultados da pesquisa de campo realizada sobre os sistemas agrícolas urbanos, localizados no entorno do CEASA-PE, acerca dos Sistemas Locais de Conhecimento. Neste sentido, foi avaliado como se organiza/estabelece a construção social dos saberes/conhecimentos que permeiam as práticas e dinâmicas sociais entre os(as) agricultores(as) urbanos(as), num espaço de horta, por meio das redes sociotécnicas.

#### **3.1. Caracterização geral dos espaços de hortas, próximas ao CEASA-PE**

A região em que se encontra estabelecido um conjunto de hortas urbanas está localizada próxima ao CEASA/PE, no bairro do Curado, na RMR, situadas em territórios do DNIT, órgão vinculado ao atual Ministério da Infraestrutura, do Governo Federal, conforme visualização na Figura 11.

Estas áreas de cultivo estão sob a responsabilidade do CEASA, no qual tem parceria com o Sindicato do Comércio de Hortifrutigranjeiros, Flores e Plantas do Estado de Pernambuco (SINDFRUTAS/PE), que é a responsável direta pela administração das hortas urbanas. Estes espaços produtivos estão divididos em 11 áreas e juntas somam 78,3606 hectares.

Nestas áreas são desenvolvidas, pelos(as) agricultores(as), um conjunto de atividades agropecuárias. É possível destacar: O cultivo de hortaliças, verduras, legumes, frutas, raízes, tubérculos, cana-de-açúcar, ração para pássaros, atividades de sementeira, de beneficiamento e de criação de animal.

Figura 11 – Hortas Urbanas próximas ao CEASA/PE



Fonte: Foto aérea por Edmilson Costa (2013)

O SINDFRUTAS/PE, por meio do Projeto Integrado de Hortas Comunitárias, realiza um conjunto de atividades relacionadas aos espaços produtivos e dispõe de uma equipe técnica para atender as demandas locais. Algumas atribuições desta instituição com relação aos espaços de hortas são: Fiscalizar as atividades desenvolvidas nas áreas de plantio (a partir das visitas aos locais), prestar assistência técnica e extensão rural, desenvolver atividades administrativas e sociais (cadastros de permissionários, capacitações, ações sociais, etc.), auxiliar, quando possível, com as demandas produtivas (instrumentos e insumos), dentre outras demandas.

De acordo com o SINDFRUTAS/PE, grande parte da população que atua na atividade produtiva nas hortas é proveniente de municípios do interior de Pernambuco. Dentre eles se destaca o município de Vitória de Santo Antão, localizado na Mata Norte do estado de Pernambuco. Muitos(as) destes agricultores(as) deixaram seus locais de origem em busca de oportunidades de trabalho e encontraram na AU uma possibilidade de “meio de vida”.

As atividades agrícolas realizadas nestes espaços produtivos estão sujeitas a um regulamento (Anexo 01) e ao preenchimento de uma ficha de cadastro (Anexo 02). Os(as) agricultores(as) que trabalham nestes espaços são devidamente cadastrados, junto a instituição responsável pelas hortas, e firmam um contrato no qual estão descritas todas as obrigações do(a) agricultor(a) para com a sua respectiva área de plantio, bem como, o seu cultivo.

Estes(as), por sua vez, passam a ser considerados(as) permissionários(as). Neste cadastro, o cônjuge do(a) permissionário(a) é cadastrado(a) como permissionário(a) suplente.

O(a) permissionário(a) representa aquele(a) agricultor(a) que é responsável por determinada área produtiva. Ele(a) têm a permissão para utilizar a terra e desenvolver suas atividades agrícolas ou agropecuárias.

Uma das determinações deste contrato prescreve a proibição do(a) agricultor(a) em residir nas áreas de hortas, com isso, estes(as) trabalhadores(as) se deslocam todos os dias até as suas áreas de cultivo. As atividades iniciam ainda durante a madrugada (por volta das 4h) e finalizam no findar da tarde (às 17h). Atualmente se encontram cadastradas no SINDFRUTAS/PE um total de 208 pessoas, sendo: 162 permissionários e 46 pessoas que prestam serviços aos permissionários, entre familiares, homens e mulheres. Todos estes(as) trabalham na terra, tirando dela o seu sustento.

Boa parte dos produtos cultivados nos espaços de hortas são comercializados, pelos(as) próprios(as) agricultores(as) nos seguintes espaços: (1) Na área interna do CEASA: no galpão do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) ou diretamente para outros comerciantes desta instituição (atravessadores) e; (2) Na área externa do CEASA: a transeuntes que param aleatoriamente na rodovia, por via de encomenda e nos bairros circunvizinhos, como: Jardim São Paulo, Engenho do Meio, dentre outros.

## **3.2. Caracterização da horta pesquisada**

### **3.2.1. Localização da horta**

A experiência de horta selecionada para a pesquisa está localizada paralela e próxima as margens da rodovia federal BR 232, na área detrás do CEASA, conforme a Figura 12. Em seu perímetro se encontram a FrigoServ (empresa logística do ramo alimentício), o Hospital Pelópidas Silveira e, no lado contrário da rodovia federal, o 4º Batalhão de Polícia do Exército.

Figura 12 – Localização da horta pesquisada



Fonte: Adaptação/Foto aérea por Edmilson Costa (2013)

É possível observar na Figura 13 a delimitação da horta numa parte restrita de área da Alça 10, posicionada embaixo das redes de transmissão elétrica da CHESF. De acordo com o último levantamento topográfico (realizado em abril/2018) a dimensão total da Alça 10 é de 4,5679 hectares. Não há informações oficiais sobre a área reservada a esta horta.

Figura 13 – Delimitação da horta pesquisada na Alça 10



Fonte: Adaptação/Foto aérea por Edmilson Costa (2013)

### 3.2.2. Perfil socioeconômico e ocupação dos(as) agricultores(as) na horta

Esta horta é conduzida por duas mulheres e dois homens, com uma idade que varia entre 51 e 57 anos. Três possuem o 1.º grau incompleto e apenas um o 2.º grau completo. Todos(as) os(as) agricultores(as) tem ocupações na atividade produtiva da horta, desempenhando tarefas específicas, de acordo com o sexo. Geralmente, as mulheres realizam atividades de plantio, colheita e limpeza (de ervas espontâneas) nos cultivos, enquanto os homens realizam atividades consideradas mais pesadas, como, o uso da enxada para fazer leirões. Além disso, os homens se encarregam ainda de comercializar os produtos produzidos.

Os(as) agricultores(as) envolvidos no estudo são:

Tabela 02 – Dados dos(as) agricultores(as) participantes da pesquisa

Nome	Nascimento (mês/ano)	Local de nascimento (município/estado)	Escolaridade	Grau de parentesco com relação ao permissionário
M. <sup>a</sup> Aparecida (d. Cida)	04/1961 (57 anos)	João Alfredo/PE	4. <sup>a</sup> série do fundamental	Permissionária
José	07/1967	Recife/PE	4. <sup>a</sup> série do	Marido de D. Cida

Severino (seu Biu)	(51 anos)		fundamental	
Inácio Raimundo (seu Inácio)	05/1964 (54 anos)	João Alfredo/PE	2.º grau completo	Permissionário
Lourdes Ferreira (d. Lourdes)	07/1964 (54 anos)	João Alfredo/PE	5.ª série do fundamental	Esposa de seu Inácio

Fonte: Informações colhidas na pesquisa de campo

Nenhum(a) dos(as) agricultores(as) são aposentados ou recebem qualquer outro benefício governamental. Também não recebem nenhum tipo de crédito bancário para exercer as atividades de cultivo. No momento da pesquisa apenas seu Inácio estava recebendo um seguro por ter sofrido um acidente na rodovia federal, enquanto se deslocava a pé. Este fato afastou o agricultor das atividades de cultivo há quase 10 meses.

### **3.2.3. Trajetória de vida, conquista do território e a relação afetiva dos(as) agricultores(as) com o espaço da horta**

A descrição das atividades atuais da horta está alicerçada numa narrativa histórica de contexto familiar, especificamente, de d. Cida e seu Inácio. Ambos nasceram no município de João Alfredo, localizado na região Agreste Setentrional de Pernambuco. De acordo com a agricultora e o agricultor, a relação de ambos com a terra começou deste muito cedo, enquanto ainda eram crianças. O seu avô possuía um sítio no município citado, no qual trabalhavam no roçado, junto a sua mãe (que sempre sobreviveu da/na agricultura) e mais seus dois irmãos.

Tiveram uma vida difícil no interior, pois, após morarem com o avô no sítio, passaram a viver na “rua” (sede do município). Mesmo vivendo na cidade, continuaram a desenvolver suas atividades no roçado do sítio e, para isso, percorriam longas caminhadas todos os dias. D. Cida informou também que trabalhou na colheita do algodão, atividade muito comum na região do Agreste. A família não praticou agricultura em outros lugares, além de João Alfredo e no Recife, na horta.

A migração da família para o Recife transcorreu no ano de 1978. A matriarca, e seus quatro filhos adolescentes, entre eles, d. Cida (por volta dos seus 17 anos) e seu Inácio (com

14 anos), migraram devido às dificuldades sociais e econômicas (moradia, alimentação, renda), vivenciadas na região do Agreste. Com isso, migraram para a capital seguindo a trajetória de outro parente, um tio, que já residia no local onde hoje se encontra a horta. Neste espaço ele mantinha uma horta de menor dimensão, na qual, a família de d. Cida continuou desenvolvendo suas atividades agrícolas, agora, num contexto da urbanidade. Ali todos fixaram moradia e trabalhavam juntos nos cultivos da horta.

Neste período haviam diversas outras ocupações no espaço, com habitações simples e organizadas de maneira aleatória, consideradas como “espaços invadidos”. Nestes espaços, alguns moradores, também praticavam a AU, no formato de hortas.

É importante ressaltar que, de acordo com Brito (2006) o período entre 1960 e 1980 remonta um momento de fortes migrações internas (rural-urbano) nas principais capitais brasileira, motivando o acelerado processo de urbanização (o Recife já estava inserido neste contexto). Melo (1978) destaca o fenômeno da concentração populacional no Recife, na década de 70, impulsionando um processo de metropolização da capital, no entanto, associado a um contexto de subdesenvolvimento devido às fortes migrações campo-cidade.

Com o passar dos anos os moradores que ocupavam de forma irregular os espaços às margens da rodovia federal BR 232, foram indenizados pelo governo federal e algumas pessoas puderam continuar no local realizando apenas as atividades com hortas. Por volta do ano de 2008 foi iniciado um processo de cadastramento dos(as) agricultores(as) e, a partir disso, a família de D. Cida obteve a permissão para desenvolver atividades de cultivo no lugar. Esta permissão de uso da terra foi formalizada junto à instituição responsável (SINDFRUTAS/CEASA).

A respeito desse processo de indenização, onde muitas ocupações locais (casas e barracos) foram demolidas, é possível observar no local, resquícios de construções em alvenaria onde se encontravam as antigas residências da família de d. Cida e seu Inácio. Em busca de registros fotográficos foi possível encontrar a uma imagem do ano de 2010, onde, ainda é possível visualizar construções (embora iniciado o processo de demolição), e outra imagem de 2015, com a residência totalmente demolida. É possível verificar a situação da residência na Figura 14.

Figura 14 – Local da antiga residência da família de d. Cida e seu Inácio na horta:  
registros de 2010 e 2015



Fonte: Adaptação/Foto aérea por Edmilson Costa (2010-2015)

D. Cida e seu Inácio demonstram uma relação de afetividade com o território e com as atividades da horta, pelo longo período em que residiu com sua família no espaço (mãe, seus irmãos e o tio). Em muitos momentos mencionam o prazer de estar naquele local, da tranquilidade do ambiente e de lá poder exercer a atividade agrícola, lidando com a terra e com os seus cultivos para poder garantir o seu sustento como agricultores(as).

Neste sentido, Dambrós e Miorin (2011) apontam para esta relação com a terra, quando assinalam que, no contexto da cidade, muitas populações provenientes do rural, conservam um modo de vida e características do seu local de origem, fazendo com que a atividade agrícola se torne expressiva nas cidades.

Com relação às atividades de cultivo na horta, D. Cida e seu Inácio, mencionaram que, atualmente, não enfrentam dificuldades para exercer as tarefas no local. Apontaram que o CEASA investiu muito no espaço, como por exemplo, fornecendo adubo para enriquecer o solo e melhorar os plantios.

### 3.2.4. Caracterização do agroecossistema da horta

O sistema produtivo da horta é caracterizado, em geral, pelo policultivo de hortifrutigranjeiros (Frutas, Plantas Medicinais, Plantas Ornamentais e Repelentes, Condimentares, Raízes, Grãos/Cereais, Hortaliças, Verduras e Legumes, Tubérculos e Outras), onde são cultivadas espécies vegetais de ciclo curto e perenes (Tabela 03).

A finalidade dos cultivos é destinada ao consumo, doação, venda de excedentes, ou apenas venda e, ainda, plantas para embelezar o lugar. São cultivos importantes e estratégicos para o sustento econômico da família: Macaxeira, bredo, quiabo, coentro, cebolinho, milho, etc. Outras são cultivadas apenas para o consumo: acerola, mamão, ervas medicinais, etc. As atividades na horta são realizadas todos os dias da semana, inclusive nos feriados.

Tabela 03 – Produtos cultivados na horta

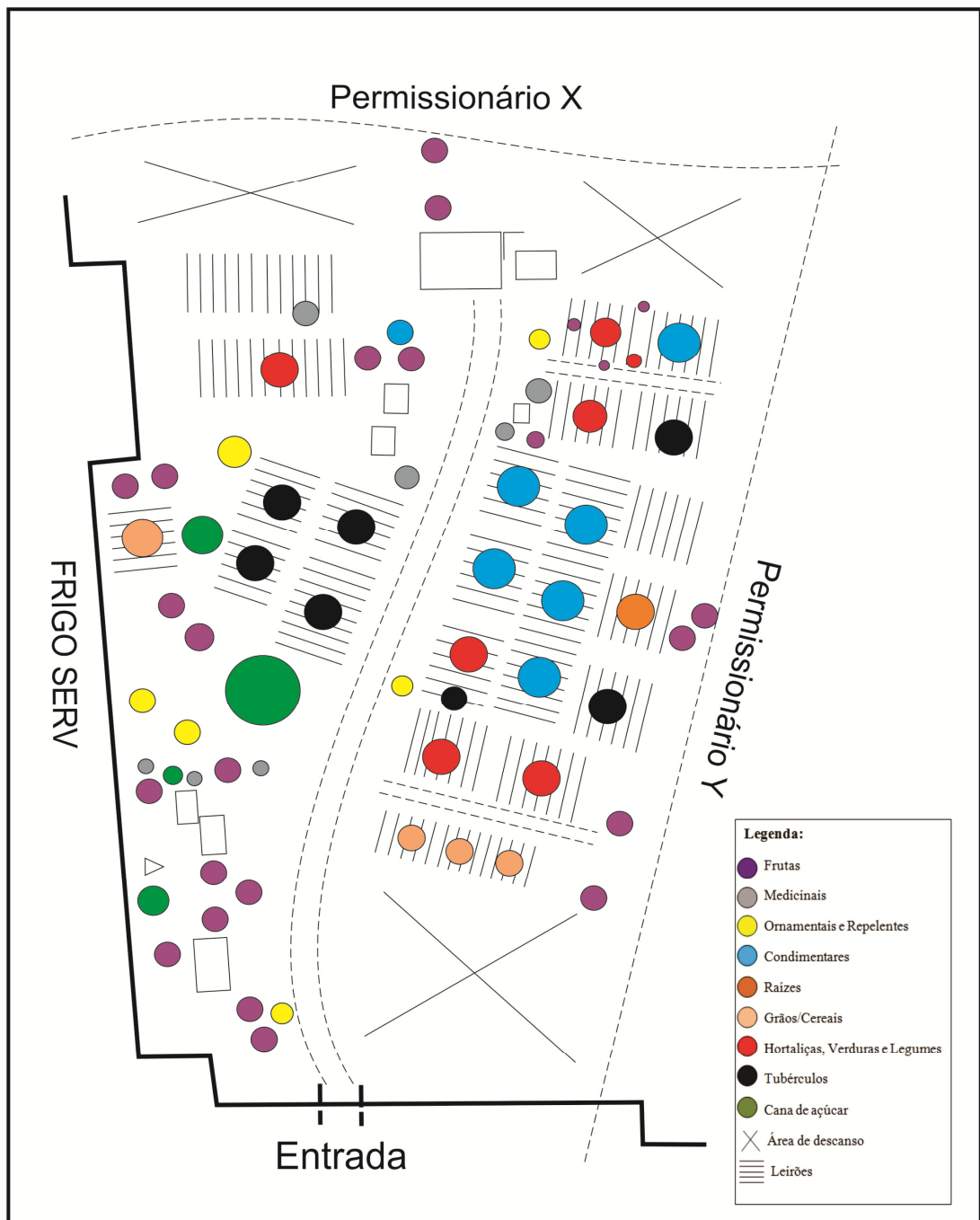
<b>Categoria</b>	<b>Tipo de cultivo</b>	<b>Uso:</b>
Frutas	Banana	Consumo (às vezes vende e faz doação)
	Acerola	Consumo e doação (Não vende mais)
	Manga	
	Mamão	
	Goiaba	Consumo
	Pinha	
	Laranja	
	Noni	
Plantas Medicinais	Arruda	Consumo Chá (em caso de doença) e Ornamentação

<b>Categoria</b>	<b>Tipo de cultivo</b>	<b>Uso:</b>
	Alfavaca	
	Cana-de-macaco	
	Capim-santo	
	Manjeriço	
	Romã	
	Pinhão Roxo	
Plantas Ornamentais e Repelentes	Benedita	Ornamentação
	Carinho de mãe	
	Papoula (vários tipos)	
	Comigo ninguém pode	
	Girassol	
	Cravo de defunto	Repelente e Ornamentação
Condimentares	Pimenta malagueta	Venda e Ornamentação (dificilmente consome)
	Pimenta de cheiro	
	Cebolinha	Venda e Consumo
	Coentro	
Raízes	Batata doce	Venda e Consumo
	Inhame	
Grãos/Cereais	Milho	Venda e Consumo
	Feijão verde	
	Capim milhã/mian	Venda
Hortaliças, Verduras e Legumes	Jerimum	Venda e Consumo
	Quiabo	
	Berinjela	
	Bredo	
	Mostarda	
	Tomate cereja	
	Alface (tipos)	
Tubérculos	Macaxeira	Venda e Consumo
Outras	Cana-de-açúcar	Consumo e Ornamentação

Fonte: Inventário das espécies vegetais realizado na pesquisa de campo

A horta é organizada por um conjunto de arranjos nas áreas de plantio: (1) Diversos agrupamentos de leirões (ordenados por tipos de cultivos); (2) Plantio de espécies frutíferas, medicinais e ornamentais plantadas aleatoriamente em toda a área; e (3) Alguns leirões com algumas espécies de ciclo perene (frutíferas), em consórcio com plantas de ciclo curto (verduras, legumes e condimentares). É possível visualizar a organização dos cultivos, no espaço da horta, na Figura 14.

Figura 15 – Croqui da horta elaborado a partir da ferramenta da Travessia



Fonte: Mapeamento da horta, 2019.

A escolha pela plantação de determinados cultivos (sobretudo, plantas de ciclo curto), pelos(as) agricultores(as), é estabelecido de acordo com o calendário agrícola, de festejos regionais e pela demanda dos consumidores. O calendário agrícola determina o que será plantado a partir das condições ambientais e climáticas (temperatura, solo, chuvas, etc), enquanto que, o calendário de festejos regionais, instituído pelas comemorações de tradições culturais locais, define o que será cultivado a partir de uma tradição alimentar e demanda do mercado. Neste último caso estão relacionados, principalmente, os festejos juninos e a semana santa.

A escolha pelos cultivos também se estabelece pela simples aspiração/prazer do(a) agricultor(a) em ter determinadas espécies em seu espaço de horta, como no caso de algumas frutíferas, ornamentais e medicinais.

Os equipamentos utilizados no plantio são relativamente simples, como veremos detalhadamente mais adiante. O recurso hídrico advém de dois poços artesianos (localizados em diferentes espaços), no qual estão conectados a bombas hidráulicas, e por sua vez, interligados a mangueiras.

A comercialização dos produtos cultivados na horta é realizada, principalmente, no interior do CEASA ou por via de encomenda. O preço dos produtos é determinado a partir de uma média dos preços encontrados no CEASA, dos respectivos cultivos.

### **3.3. Os Sistemas Locais de Conhecimento no espaço da horta**

Para analisar o processo de construção do saber local da família agricultora no espaço da horta, partimos da trajetória de vida da família de d. Cida e seu Inácio, enquanto ainda moravam no município de João Alfredo-PE, e lá, praticavam a agricultura (com os demais familiares e outros atores sociais).

A escolha por exercerem a atividade de agricultor(a) ocorreu ainda criança, quando acompanhavam a mãe em sua lida, na plantação. Observando o esforço cotidiano da matriarca, haja vistas as dificuldades enfrentadas pela família, pela necessidade de obter alguma renda e de se alimentar, começaram a praticar a agricultura, ajudando a mãe no roçado. Desde então, d. Cida e seu Inácio, ao longo dos anos, foram se identificando com o trabalho agrícola e, hoje, compreendem esta atividade como algo de suma importância nas suas vidas, pois, além da convivência com o ambiente, com a terra e os cultivos, retiram desta vivência os seus sustentos.

A experiência como agricultor [...] A gente acha, eu acho, pra mim, é o tudo. Certo? E dependesse pra mim sair daqui agora para um emprego, eu acho que, eu não aceitava não. Pra gente aqui é o tudo, a agricultura. Aqui a gente pranta o que a gente quer, né Cida? A gente pranta o que a gente quer aqui. A gente tem de tudo aqui. É muito importante pra gente. [...] Agricultura é tudo pra gente. É daqui que a gente vive.

Com a vinda da família para o Recife, adveio também, todo o conhecimento que adquiriram e compartilharam no início da sua vida como agricultores.

Por sua vez, seu Biu, marido de d. Cida, trabalha desde os nove/dez anos de idade na prática da agricultura. Sua vivência nas plantações teve início junto ao pai e um irmão que também praticavam atividade agrícola na proximidade do CEASA. No passado, num outro espaço de horta, produziam: macaxeira, milho, batata, coentro, dentre outros cultivos. Embora sejam todos naturais do Recife, mencionou acerca de um vínculo familiar com o rural por meio dos seus avós, que praticavam a agricultura no interior de Pernambuco.

Estes atores, baseados em suas experiências pessoais e coletivas, estão agora, articulados em torno da atividade agrícola num mesmo espaço da horta. Este cenário se configura um importante elemento de análise, na compreensão de como vem se produzindo neste espaço, a construção do conhecimento. De acordo com Sabourin (2001) apreender a construção coletiva da trajetória local e a identificação da origem do grupo é um passo metodológico elementar, para a compreensão de como se constitui um determinado Sistema Local de Conhecimento.

No Recife, a família de d. Cida se defrontou com o primeiro processo de aprendizagem: o cultivo de hortas, pois, em João Alfredo, trabalhavam na prática do roçado de sequeiro, sem o uso de irrigação e dependendo do calendário de chuvas, com plantas totalmente diferentes, como: macaxeira, mandioca, milho, algodão, etc. Também é importante analisar as peculiaridades da prática agrícola na região do Agreste, comparado a zona litorânea da capital. As condições sociais, climáticas, materiais e a ausência de alguns bens naturais (renda, solo, água, insumos, etc.) impunham alguns desafios às mulheres e homens que lidam com a terra. Assim, o conhecimento sobre o manejo das hortas neste novo ambiente se transforma em uma “novidade” para estes agricultores e, o acesso a ele, se deu através do tio e da convivência com outras experiências no local junto aos outros(as) agricultores(as).

Como foi possível constatar na Tabela 02, o nível de escolaridade dos(as) agricultores(as) é baixa, nenhum destes atores possui formação técnica ou superior, seja em cursos agrícolas ou outro qualquer que seja. No entanto, possuem a formação da vida,

aprenderam a ler o mundo a partir do trabalho, como aponta Brandão (2014). Baseados nesse conhecimento de mundo aprenderam a reconhecer na natureza, a sazonalidade de determinados cultivos, a utilização dos bens naturais, a maneira apropriada de sua aplicação, avaliam as demandas produtivas, enfrentam as dificuldades diárias, realizam trocas de saberes em sinergia com outros(as) agricultores(as), seja internamente ou externamente ao espaço da horta, etc.

O repertório diversificado de espécies cultivadas pela família representa um importante conjunto de saberes, pois, além do valor material e simbólico que possuem, carregam o conhecimento do(a) agricultor(a), seja sobre a sua prática/manejo do cultivo, seja para o seu consumo.

As plantas medicinais são consumidas (geralmente em chás) em caso de alguma enfermidade ou dor; as plantas repelentes são empregadas no controle de insetos e doenças que acometem as plantas da horta, atraindo para si possíveis insetos ou pragas que possam atacar alguma plantação; o cultivo de algumas hortaliças demanda um clima menos seco e mais água; o cultivo do brejo, além do consumo, fornece as suas próprias sementes para o próximo ciclo produtivo, pouco antes da festividade da semana santa; e assim por diante.

O trabalho na horta compreende diversas atividades (preparar a terra, plantar, colher, regar, limpar os cultivos, etc.) e são realizadas a partir da divisão sexual do trabalho, ou seja, algumas atividades são realizadas pelos homens e outras pelas mulheres. A divisão destas tarefas não está relacionada, necessariamente, a ausência de conhecimento por parte dos(as) sujeitos(as), mas sim, pelo grau de dificuldade da atividade e devido ao manuseio das ferramentas necessárias. Com isso, geralmente, os homens ficam responsáveis por cavar os canteiros e fazer os leirões; as mulheres plantam, colhem e limpam as ervas espontâneas nos cultivos. Essas atividades em algum momento podem ser realizadas de maneira comum por ambos os gêneros.

O uso das tecnologias, tais como, ferramentas, equipamentos e insumos, foram incorporadas no decorrer do tempo como novos saberes necessários à produção no espaço da horta. O uso destes instrumentos também retrata e caracteriza o conhecimento/saber local que está envolvido na prática agrícola, pelos(as) agricultores(as).

No espaço da horta os(as) agricultores(as) dispõe dos seguintes materiais e ferramentas: enxadas, carro de mão, pás, facões. Tem também tecnologias um pouco mais “modernas” como os equipamentos de irrigação (aspersores e bombas hidráulicas) que estão

distribuídos pelos leirões e em outros espaços da horta. Também utilizam esporadicamente um trator manual de pequeno porte para arar a terra, preparando-a para o cultivo, emprestado pela ONG Pedra D'Água, através da administração do CEASA.

Os insumos utilizados são: água, adubo orgânico, sementes, mudas e caldas para controle de pragas. Outro insumo e tecnologia já utilizado pela família, mas em desuso é o agrotóxico. Os agrotóxicos deixaram de ser usados nos cultivos desde 2010, devido ao adoecimento de seu irmão mais velho. Acredita-se que o seu falecimento no ano de 2012 está diretamente relacionado ao uso de agrotóxicos nas plantações.

O saber do(a) agricultor(a) sobre o manuseio de algumas destas tecnologias se originou no trabalho agrícola com os familiares, ainda enquanto crianças. As inovações foram apreendidas e desenvolvidas posteriormente, já na horta, por meio de processos de aprendizagem coletiva (capacitações sobre vários temas realizados pelo SINDFRUTAS e UFRPE). Um resumo destas tecnologias utilizadas e como tiveram acesso a elas e ao seu uso, pode ser visualizado na Tabela 04.

Outros atores e instituições estão envolvidos nessa dinâmica do saber local (Tabela 04). A presença do SINDFRUTAS, a partir de sua administração sobre os espaços de hortas, fortaleceu as fontes de informações, os fluxos de conhecimentos, e as inovações locais. Como já mencionado, esta instituição dispõe de um agrônomo, onde, sempre que necessário presta atividades de assistência técnica e extensão rural nos espaços produtivos, fornecendo informações relacionadas ao solo, ao controle de pragas, dentre outros conhecimentos.

Tabela 04 – Descrição das tecnologias utilizadas na horta

<b>Equipamentos, Materiais e Insumos</b>	<b>Como adquiriu?</b>	<b>Quem ensinou a utilizar?</b>
Enxada, pás e facões	Compra no “Braz” <sup>10</sup> .	Com os familiares, ainda enquanto criança, no interior.
Sistema de Irrigação (aspersores e mangueiras)	Compra no “Braz”	Com outros(as) agricultores(as) das hortas vizinhas e com

<sup>10</sup> “Braz” é um nome genérico usado pelos(as) agricultores(as) para se referir a loja de produtos agropecuários B.C.Z Sementes, que comercializa: sementes em geral, adubos, material para agricultores, ferramentas, regadores e botas, localizada dentro do CEASA/PE.

<b>Equipamentos, Materiais e Insumos</b>	<b>Como adquiriu?</b>	<b>Quem ensinou a utilizar?</b>
		os familiares.
3 Poços Artesianos	Contratou uma pessoa para perfurar há mais de 30 anos.	-
Adubo orgânico	Recebe do SINDFRUTAS, por meio de uma parceria com uma empresa (Lógica Ambiental) que realiza um trabalho de compostagem com os resíduos alimentícios do CEASA.	A partir das dinâmicas familiares, com outros(as) agricultores(as) locais e capacitações com a UFRPE.
Sementes	Compra no “Braz”/ Produz na horta.	Com os familiares, ainda enquanto criança, no interior / Nas atividades da horta
Caldas para controle de Pragas e Doenças	Compra os insumos para a produção das caldas no “Braz”.	Capacitações no espaço da horta pelo SINDFRUTAS/UFRPE
Trator manual de pequeno porte	Solicita equipamento na ONG Pedra D`água no CEASA.	O manuseio do equipamento é realizado pelos funcionários da ONG Pedra D`água.

Fonte: Informações colhidas na pesquisa de campo

Outros processos de construção do conhecimento pelos(as) agricultores(as) da horta se dão a partir de uma parceria com docentes da UFRPE. Geralmente, estas trocas de conhecimentos se dão entre os(as) agricultores(as) locais, os(as) técnicos(as) do SINDIFRUTAS, os(as) docentes da UFRPE, os(as) estagiários(as) do SINDFRUTAS (estudantes de Agronomia, Ciências Sociais), e demais estudantes e pessoas interessadas. No entanto, foi verificado que não há um calendário fixo para essas atividades no local.

Nestas capacitações locais, que ocorreram por volta do ano de 2014/2015, os(as) agricultores(as) aprenderam, dentre outros conhecimentos, a utilizar da melhor maneira o adubo e a desenvolver defensivos naturais/biológicos (caldas) para realizar o controle de

pragas e doenças nas áreas cultivadas. Como já mencionado, os agrotóxicos deixaram de ser usados em função da suspeita de intoxicação do irmão.

Não há, atualmente, uma organização sócio-política (sindicato, associação ou cooperativa) estruturada pelos(as) próprios(as) agricultores(as) das hortas administradas pelo CEASA. Em outros tempos já existiu este espaço, onde os(as) agricultores(as) se reuniam para diversos fins. No presente momento a estrutura do SINDFRUTAS se configura um dos espaços em que se reúnem os(as) agricultores(as) locais para participar de palestras informativas, atividades sociais (ações, como: retirada de documentos, atenção básica à saúde, etc.), resolver e solicitar demandas relacionadas as hortas, dentre outras atividades. Ainda, na administração do CEASA/SINDFRUTAS, pode ser solicitado o uso do trator manual de pequeno porte a ONG Pedra D`água.

Outro espaço onde os(as) agricultores(as), eventualmente, se encontram é o galpão do PRONAF, dentro do CEASA. Este local é destinado à comercialização de produtos hortifrutigranjeiros, da agricultura familiar de todo o estado de Pernambuco e podem ocorrer trocas ocasionais de informações sobre a atividade produtiva, preço dos produtos, dentre outros. Ainda neste espaço (bem como em outros) os(as) consumidores(as), por meio das relações de venda e doações, representam uma elemento importante nas trocas de informações.

O comércio do Braz também se constitui um oportuno local de acesso a informações. Neste estabelecimento são disponibilizados aos(as) agricultores(as), por meio da venda, ferramentas e equipamentos (pás, enxada e facões, mangueiras, aspersores), insumos para a produção de caldas e vários tipos de sementes (coentro, milho, capim milha/mia, jerimum, quiabo, berinjela, mostarda e alface). Portanto, neste local pode se estabelecer, ocasionalmente, intercâmbios de saberes entre comerciante-agricultores(as) e agricultor(a)-agricultor(a).

É possível mencionar ainda, a existência de outros espaços dentro do CEASA, em que os(as) agricultores(as) tem acesso a mudas e/ou propágulos<sup>11</sup> de várias espécies vegetais, que são produzidas na horta.

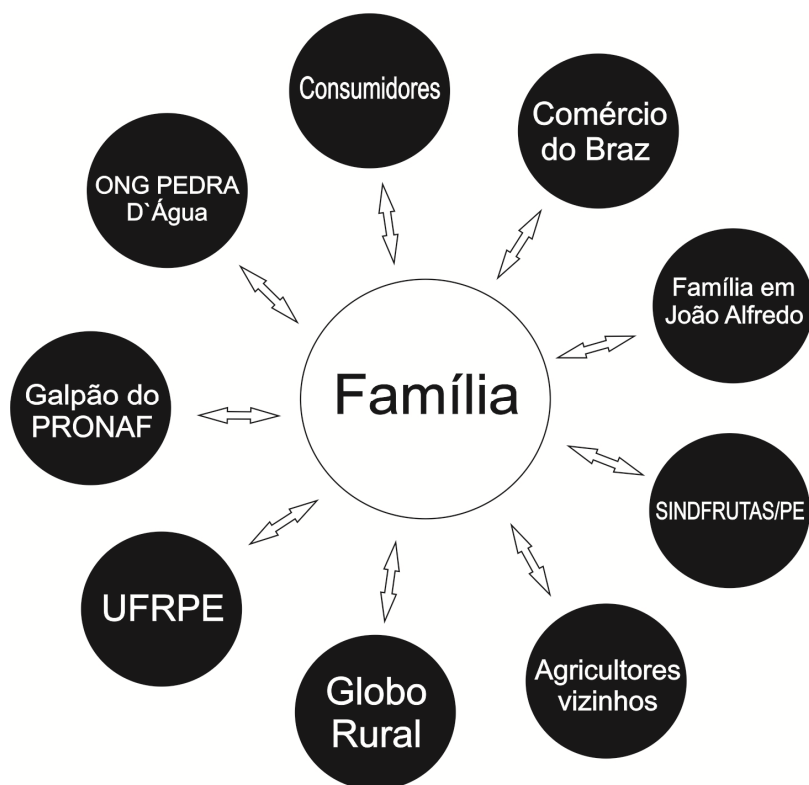
---

<sup>11</sup> Parte dos vegetais capazes de multiplicá-los ou propagá-los vegetativamente, como por exemplo: fragmentos de talo, ramo, estacas ou manivas.

Por fim, o programa de TV, Globo Rural, também desempenha a função de repassar aos(as) agricultores(as) da horta, saberes e informações técnicas relacionadas ao uso das diversas tecnologias, dos insumos e dos cultivos locais, em geral.

Assim, a partir do apresentado, resumimos na Figura 16, os atores e espaços sociotécnicos que conformam a rede de saberes em que a família de d. Cida se encontra envolvida, a partir de suas atividades produtivas na horta.

Figura 16 – Rede Sociotécnica da família de d. Cida



Fonte: Sistematização realizada a partir da pesquisa de campo

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando como referência uma experiência de horta situada próximo ao CEASA/PE, foi possível apreender que os Sistemas Locais de Conhecimento no espaço da horta estão estabelecidos no espaço cotidiano e produtivo dos(as) agricultores(as) (na horta), no espaço comercial (galpão do PRONAF, comércio do Braz, relação com comerciantes e consumidores no CEASA) e no espaço socioprofissional (SINDFRUTAS, UFRPE, ONG Pedra D'Água).

No entanto foi verificado que os saberes locais destes(as) agricultores(as) começaram a ser construídos em sua vivência inicial com o rural, no município de João Alfredo, Agreste Setentrional de Pernambuco. A matriarca foi fundamental neste processo de aprendizagem e de despertar do interesse pela prática da agricultura. Essa atividade já fazia parte do contexto familiar, visto que o avô possuía um sítio, na área rural deste mesmo município.

Neste sítio, a partir do trabalho da mãe no roçado, D. Cida e seu Inácio tiveram o primeiro contato com a agricultura. A experiência da mãe no roçado contribuiu significativamente na constituição dos saberes/conhecimentos desses(as) agricultores(as). O trabalho da mãe no sítio - no cultivo de macaxeira, milho, mandioca, etc. - supria as necessidades alimentares da família e a partir da comercialização do excedente garantia a renda da mesma. Este aspecto foi decisivo na escolha destes(as) agricultores(as) para exercer a profissão de agricultor(a).

A chegada da família no Recife foi marcada por alguns desafios. É possível destacar o processo de adaptação ao território do sítio, ao contexto urbano e a forma diferenciada de exercer a atividade produtiva. O cultivo de hortas exigiu dos agricultores conhecimentos de técnicas e uso de tecnologias diferentes daquelas utilizadas na prática do roçado, como por exemplo, o uso de insumos e técnicas de irrigação. Neste momento, o manejo das hortas se caracterizou como uma novidade para estes agricultores.

Assim, o caminho do roçado para a horta possibilitou a aquisição de novos saberes, através da experimentação no âmbito da família, das trocas com os agricultores vizinhos e posteriormente a assessoria e capacitação do SINDFRUTAS/UFRPE.

Dessa forma, foi possível avaliar que muito dos conhecimentos em fluxo no espaço da horta foi fundamentado nas experiências que estes atores tiveram com o meio rural. Posteriormente, a integração da família na atividade agrícola da horta, bem como a sua interação com outros agricultores locais fortaleceu o Sistema Local de Conhecimento. Estas

redes de saberes foram ampliadas com a atuação do SINDFRUTAS sobre os espaços produtivos.

Nas dinâmicas cotidianas e coletivas na horta ocorrem, entre os agricultores, trocas de experiências e saberes acerca dos diversos cultivos. Nessa diversidade de vegetais estão presentes os conhecimentos desses agricultores adquiridos ao longo das suas trajetórias de vida, possuindo para além do valor material (renda), valores simbólicos.

As redes de conhecimento envolvem ainda os espaços comerciais e as relações estabelecidas com os consumidores, pois se caracterizam como importantes canais de informação, trocas de saberes e intercâmbio. Nessa perspectiva foram identificados alguns desses espaços: (1) A loja do Braz, no fornecimento de insumos e tecnologias; (2) Na relação com os consumidores por venda direta, doação ou através do galpão do PRONAF; e (3) A partir da relação dos agricultores com outros estabelecimentos e sujeitos dentro do CEASA, como na aquisição de mudas e propágulos.

Os fluxos de conhecimento advindo dos espaços socioprofissionais foram identificados a partir da relação dos agricultores com o SINDFRUTAS, a UFRPE e a ONG Pedra D'Água. O SINDFRUTAS e a UFRPE promovem nos espaços de hortas capacitações locais fornecendo saberes técnicos, baseadas em diretrizes da Assistência Técnica e Extensão Rural. Por sua vez, a ONG Pedra D'Água fornece aos agricultores tecnologias como o trator para arar a terra.

De acordo com Sabourin (2009) estes espaços sociotécnicos são importantes pela capacidade de promover fluxos de informações, saberes e práticas acerca da atividade agrícola, entre os(as) agricultores(as) e os diversos atores, a nível local, envolvidos na cadeia produtiva. São ambientes comunicativos que se conformam processos de aprendizagens, redes de intercâmbios, elos de proximidade, relações de ajuda, dentre outras funções.

Nesse contexto foi possível identificar que as relações estabelecidas entre os(as) agricultores(as), as instituições, os estabelecimentos e outros sujeitos estimulam e fortalecem as redes de conhecimento local.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 334 p. Edição revista e aumentada.
- ALMEIDA, Geraldo José de. As representações sociais, o imaginário e a construção social da realidade. In: SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALMEIDA, Leda Maria de. **Diálogos com a Teoria das Representações Sociais**. Recife: Editora Universitária da UFPE/edUFAL, 2005. p. 14-39.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **História do menino que lia o mundo**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- BRITO, Fausto. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p.221-236, 01 ago. 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10158/11742>>. Acesso em: 20 mar. 2018.
- BUZATO, Gino Francisco. As transformações urbanas em Cuiabá-MT na gestão de Júlio Strübing Müller e a formação do cidadão cuiabano para a modernidade (1937-1945). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 07. 2013. **Anais... . Cuiabá-MT: SBHE - Anais da CBHE**, 2013. p. 01 - 15. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/10-%20PATRIMONIOEDUCATIVO%20E%20CULTURA%20MATERIAL%20ESCOLAR/AS%20TRANSFORMACOES%20URBANAS%20EM%20CUIABA-MT.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2018.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: Tratado de Sociologia do Conhecimento. 24. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. 247 p. Disponível em: <<https://cristianorodriguesdotcom.files.wordpress.com/2013/06/bergerluckman.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2018.
- CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: Novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p.53-75, out. 1998. Seção número 11. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/135/131>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado Brasileiro: Gênese, Crise, Alternativas. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Fundamentos da Educação Escolar no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2006. Cap. 5. p. 173-200.

Disponível em: <[https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/capitulo\\_5\\_fundamentos\\_educacao\\_escolar.pdf](https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/capitulo_5_fundamentos_educacao_escolar.pdf)>. Acesso em: 04 mar. 2018.

DAMBRÓS, C.; MIORIN, V. M. F. Contribuições à reflexão do rural no urbano: Agricultura Urbana. **Geonordeste**. n.2, p. 65-78, 2011. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/2415>>

DOLLFUS, Olivier. Espaço rural e Espaço urbano. In: DOLLFUS, Olivier. **O Espaço Geográfico**. 5. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1991. Cap. 5. p. 69-98. Tradução de: L'Espace Geographique por Heloysa de Lima Dantas.

DEPUTADOS, Câmara dos. **Lei Complementar n.º 14, de 08 de junho de 1973**. 1973. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1970-1979/leicomplementar-14-8-junho-1973-367020-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 04 jan. 2019.

FERREIRA, Rubio José; CASTILHO, Claudio Jorge Moura de. Agricultura Urbana: Discutindo algumas das suas engrenagens para debater o tema sob a ótica da análise espacial. **Revista de Geografia**: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE, Recife, v. 24, n. 2, p.06-23, mai/ago, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/228693/23115>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

FERREIRA, Rubio José. **Agricultura na cidade do Recife-PE: Complementaridades Rural-Urbanas e Dinâmica Espacial**. 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/6166>>. Acesso em: 07 mar. 2018.

GASPAR, Luciano Mota. Migrações Rurais e Crescimento Urbano. **Revista de Ciências Sociais: Universidade Federal do Ceará**, v. 1, n. 1, p.124-135, 1970. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/2964/2296>>. Acesso em: 03 out. 2018.

IBGE. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação**. 11. ed. Rio de Janeiro: Estudos e Pesquisas. Informação Geográfica, 2017. 84 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.

LEGIS, Alepe. **Lei Complementar n.º 382, de 09 de janeiro de 2018**. 2018. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=34612&tipo=TEXTTOORIGINAL>>. Acesso em: 4 jan. 2019.

MARICATO, Erminia Terezinha Menon. Metr pole, legisla o e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, p.151-167, 01 ago. 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9928/11500>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educa o e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p.289-300, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa. In: MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Cap. 9. p. 174-213. Disponível em: <[https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy\\_of\\_historia-i/historia-ii/china-e-india](https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india)>. Acesso em: 13 nov. 2018.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Ruralidades: Novos significados para o tradicional rural. **Lume: Repositório Digital**, Porto Alegre, p.179-189, 2017. UFRGS. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/157495>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

MELO, Mário Lacerda de. **Metropoliza o e Subdesenvolvimento: O caso do Recife**. Recife: UFPE, Departamento de Ciências Geográficas, 1978. 256 p.

MINAYO, M.C.S. (org.) **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis – Rio de Janeiro, Vozes, 2016.

MOUGEOT, L.J.A. Agricultura Urbana: Conceito e Defini o. **International Development Research Centre (IDRC)**. Disponível em: <http://agriculturaurbana.org.br/RAU/AU01/AU1conceito.html>. Acesso em: 15 jun 2018.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Do rural e do urbano no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, Tamas; QUEDA, Oriowaldo. **Vida Rural e Mudança Social**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1976. Cap. 13. p. 160-176.

RIBEIRO, Darcy. Processo Sociocultural: A urbanização caótica. In: RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 177-190.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: Entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 328 p.

SABOURIN, Eric. Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 16, abr./set. p.37-61, 2001. Disponível em: <<http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/185>>

SANTOS, Otávio Augusto Alves dos. A Região Metropolitana do Recife e os desafios do planejamento urbano frente à crise ambiental contemporânea. **Revista Okara: Geografia em Debate**, João Pessoa, v. 8, n. 1, p.179-194, 2013. Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/okara/article/view/16723/11045>>. Acesso em: 15 maio 2018.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. Disponível em: <<https://yadi.sk/i/SICZwBcuqBiRi>>. Acesso em: 16 maio 2018.

SANTANDREU, A.; LOVO, I.C. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: identificação e caracterização de iniciativas de AUP em regiões metropolitanas brasileiras**. Belo Horizonte: MDS; SESAN; ONU-FAO, 2007.

SANTIN, Laci. **O papel dos Sistemas Locais de Conhecimento Agroecológico no desenvolvimento territorial sustentável: Estudo de Caso junto a agricultores familiares no litoral centro-sul do estado de Santa Catarina**. 2005. 152 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal

de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/101673>>. Acesso em: 20 out. 2018.

SUBSÍDIO para uma Política Nacional de Agricultura Urbana Periurbana (PNAUP) [2015]. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2015/04/Subsidio-para-uma-Poli%CC%81tica-Nacional-de-Agricultura-Urbana-Periurbana.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2018.

SILVA, Regina Celly Nogueira da; MACÊDO, Celênia de Souto. **A Urbanização Brasileira**. Brasil: MEC/UFRN/UFPB, 2009. Programa Universidade a Distância - UNIDISgrad. Disponível em: <[http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia%20-%20Reing/Geografia%20Urbana/Geo\\_Urb\\_A05\\_WEB\\_ZBM\\_SF\\_SI\\_SE\\_161209.pdf](http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia%20-%20Reing/Geografia%20Urbana/Geo_Urb_A05_WEB_ZBM_SF_SI_SE_161209.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2018.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da Agricultura no Brasil: Impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas-MS, v. 2, n. 2, p.21-42, jul. 2005. Disponível em: <<http://seer.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/1339/854>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

VEIGA, José Eli da. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 51, p.51-67, 01 ago. 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9999/11571>>. Acesso em: 28 out. 2018.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo: Guia prático DRP**. 3. ed. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2010. 62 p. Revisão e adaptação de Décio Cotrim e Ladjane Ramos. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_64/pageflip-2583697-3759191-DRP\\_-\\_Guia\\_prtico-2649689.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-2583697-3759191-DRP_-_Guia_prtico-2649689.pdf)>. Acesso em: 07 jan. 2018.

WANDERLEY, M. N. B. Olhares sobre o “rural” brasileiro. **Raízes**, Campina Grande, v.23, nºs.1 e 2, jan./dez., 2004. Disponível em: <[http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_3.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_3.pdf)>

IBGE. População por Situação de domicílio. Séries Históricas e Estatísticas. Disponível em: <<https://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD91>> Acesso em: 01 fev. 2019.

## APÊNDICE

### Apêndice 01 – Ficha de Informações Gerais do(a) Agricultor(a) entrevistado

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

#### Informações Gerais do Entrevistado

Local da Entrevista:

Data, hora:

Contato:

#### Dados do participante:

Nome: \_\_\_\_\_

Nascimento (mês/ano): \_\_\_\_/\_\_\_\_

Estado civil: \_\_\_\_\_

Local de nascimento (estado/município/comunidade): \_\_\_\_\_

Escolaridade\*: \_\_\_\_\_

Grau de parentesco (permissionário/área): \_\_\_\_\_

Vínculo de trabalho na área produtiva \*\*: \_\_\_\_\_ Outros (Qual?): \_\_\_\_\_

Participação em associação/sindicato/cooperativa: SIM \_\_\_\_\_ / NÃO \_\_\_\_\_

Caso sim, qual e em qual função? \_\_\_\_\_

\* (EFC) Ensino Fundamental Completo; (EFI) Ensino Fundamental Incompleto; (EFIE) Ensino Fundamental Incompleto/estudando; (EMC) Ensino Médio Completo; (EMI) Ensino Médio Incompleto; (EMIE) Ensino Médio Incompleto/estudando; (ETC) Ensino Técnico Completo; (ETIE) Ensino Técnico Incompleto/estudando; (ESC) Ensino Superior Completo; (ESI) Ensino Superior Incompleto; (ESIE) Ensino Superior Incompleto/estudando; (A) Analfabeto;

\*\* (1) Agricultor(a) permissionário / (2) Agricultor(a) contratado / (3) Outros

## Apêndice 02 – Roteiro de Entrevista Semiestruturada

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**  
**BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**PESQUISA DE CAMPO – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

### ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

**ROTEIRO DE QUESTÕES:** (problematizar todas as respostas)

#### **QUANTO AO ESPAÇO E ATIVIDADE PRODUTIVA:**

1. Sabe o tamanho desta área?
2. Pode explicar o que é ser permissionário?
3. Como conquistaram este espaço?
4. Qual a sua relação com a terra?
5. Há quanto tempo exerce a atividade de agricultor(a)?
6. Onde já exerceu esta atividade?
7. Em sua opinião, qual a importância da sua atividade?
8. Quando começou a trabalhar com horta? Quem ensinou?
9. O que a agricultura lhe promove? (renda, relação com a natureza, etc)
10. Você gosta de ser agricultor(a)? O que é ser agricultor(a) pra você?
11. O que é mais produzido aqui?
12. Quais as dificuldades que enfrenta para exercer sua atividade?
13. Tem algum tipo de crédito bancário para a atividade produtiva?
14. O que você acha de trabalhar neste local? Por quê?

#### **QUANTO AO CONHECIMENTO:**

15. Como você aprendeu/se tornou agricultor(a)?  
 Como ocorreu sua escolha para a profissão de agricultor(a)?
16. Já estudou ou fez algum curso de capacitação na área desta atividade?
17. Tem algo que ainda não aprendeu mas gostaria de aprender?
18. O que você planta? Por que planta? Consome o que planta? Por que?
19. Existem divisões de tarefas na área de produção? Caso sim, qual o papel de cada pessoa no processo? Como se estabeleceu essa divisão?
20. Como trabalha a fertilidade do solo? (manejo de culturas, etc.)
21. Recebem apoio/assessoria de alguém ou de alguma instituição? Quando?
22. Quando acontece algum problema na produção, como você resolve?
23. Faz o controle biológico? Como aprendeu? Quem ensinou?
24. Faz o controle físico? Como aprendeu? Quem ensinou?
25. Faz o controle químico? Como aprendeu? Quem ensinou?
26. Existe algum tipo de organização social entre os produtores da localidade? (Associação, sindicato, etc.)

27. Como se relacionam com os outros produtores locais?
28. Existe algum local de encontro entre os agricultores(as) locais? Caso sim, o que conversam?
29. Existe trocas de conhecimento/experiências entre os(as) agricultores(as) locais? Caso sim, sobre o que?
30. Dentro da área produtiva, vocês trocam algum tipo informação ou conhecimento?  
Ensina algo para alguém?
31. Assiste ou ouve algum programa de TV ou rádio que fala sobre agricultura?
32. Como você avalia o seu saber?

#### **QUANTO AOS INSUMOS E MATERIAIS (TECNOLOGIAS E INOVAÇÕES):**

33. Quais são os equipamentos e as ferramentas que utiliza no local de produção?
34. Como adquiriu esses equipamentos?
35. Como foi chegando os equipamentos?
36. Quem lhe ensinou a utilizar esses equipamentos?
37. Como é a irrigação da área produtiva? (poço, aspersão, manual, etc)
38. Utiliza algum adubo? Caso sim, qual a origem dele?
39. Compra sementes? Caso sim: em qual lugar compra? Por que compra nesse lugar?

#### **QUANTO A COMERCIALIZAÇÃO:**

40. Onde vende seus produtos? (Galpão do PRONAF/CEASA, bairros do entorno, etc)
41. Como estabelece o preço dos produtos?
42. Como é a relação com seus clientes? Conversam sobre a atividade produtiva? Fazem encomendas?

#### **FORA DA ATIVIDADE PRODUTIVA:**

43. Trabalha em algum outro local?
44. Recebe algum benefício do governo?
45. É aposentado(a)? Caso sim, por que mantêm sua atividade de agricultor(a)?

## ANEXOS

**Anexo 01 – Regulamento do SINDFRUTAS-PE para os(as) agricultores(as) terem a permissão sobre o uso da terra.**



**COOPERATIVA MISTA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE  
PERNAMBUCO - COOMAF-PE**

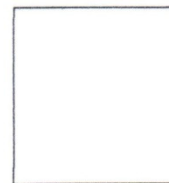
**Obrigações do Permissionário**

- a) Todo Permissionário terá um Crachá de identificação, em caso de perda do mesmo, terá o prazo de 08 dias úteis para informar ao Sindfrutas para ser providenciado um novo crachá;
- b) Todos os agrotóxicos usados nas hortas deveram ser registrados na ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e ter o seu uso permitido para a cultura explorada (plantada);
- c) Após o aviso de devolução, as áreas cedidas provisoriamente através deste cadastro, deverão ser devolvidas aos Poderes Públicos ou Privado com a autorização do Governo Federal, sem nenhuma indenização, respeitando-se o tempo de colheita das culturas plantadas.
- d) Não será permitida a criação ou a presença de animais domésticos, podendo os mesmos serem apreendidos e enviados para serem leiloados;
- e) Em caso de desistência da exploração da cultura nas áreas cedidas, o permissionário não terá direito a nenhuma indenização por parte dos Poderes Públicos ou Privados, e todos as benfeitorias serão incorporadas ao projeto Horta Comunitária;
- f) Fica expressamente proibido ao permissionário vender, alugar, ceder, trocar ou emprestar a terceiros a sua área na horta;
- g) Deve-se, preservar as cercas, limpar e zelar, pois cada um será responsável pela sua área;
- h) É proibida a plantação de árvores frutíferas ou não, que venham a prejudicar a área, como mangueiras, coqueiros, pitangueiras, acerolas, tomates, macaxeira e batata inglesa uma vez que as mesmas tem um período longo da plantação a colheita. Só serão permitidas as seguintes culturas: Alface, pimentão, quiabo, maxixe, batata doce, jerimum, beterraba, berinjela, cebolinha, repolho, salsa e vagem.
- i) Não será permitida a mão de obra de menores de 16 anos para o trabalho na cultura, para atender o disposto da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 acrescido pela Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999.
- j) Em caso de morte do permissionário as culturas plantadas até então devem ser retiradas por seus familiares e em seguida a área do falecido deverá ser devolvida;
- k) Como penalidade pelo não cumprimento das obrigações será feita uma primeira advertência, em caso de reincidência será dada a segunda advertência, se o permissionário persistir no descumprimento das obrigações o uso provisório da área será retirado.
- m) Não será permitida a construção de casa nas áreas cedidas provisoriamente ao produtor integrado e as casas que já existem, deverão ser removidas em um prazo de 30 dias a contar da data de inscrição nesta ficha de cadastro.

Declaro estar ciente de todas as obrigações,

\_\_\_\_\_  
Produtor Integrado

**Anexo 02 – Ficha de Cadastro dos(as) Agricultores(as) no SINDFRUTAS-PE.**



**FICHA DE CADASTRO DO TRABALHADOR PERIURBANO**  
**PROJETO INTEGRADO DE HORTAS COMUNITÁRIAS CEASA – PE/ SINDFRUTAS**

NOME:

NOME DA MÃE:

CONJUGE:

ALÇA:       PROFISSÃO:

CPF:       RG:       CTPS:

ENDEREÇO:

NATURALIDADE:       FONE:

FONE (contato):       NOME DA PESSOA:

CULTURA: 1\_   
 (em ordem por 2\_   
 maior produção) 3\_

PRODUÇÃO      diária       semanal       mensal   
 (quantidade):

\_\_\_\_\_  
 Diretor Técnico Operacional do  
 CEASA/PE.

\_\_\_\_\_  
 Presidente do SINDFRUTAS

\_\_\_\_\_  
 Produtor Integrado